

Acção Socialista



Nº 1269 27 Setembro 2006

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

Segurança Social Solidária

Última página



Ricardo Oliveira / GPM

Entrevista

9



Maria de Lurdes Rodrigues defende o ensino público centrado na melhoria dos resultados escolares

Opinião

3



Eduardo Cabrita escreve sobre a nova Lei das Finanças Locais

SUPLEMENTO
"EUROPA"
NESTA EDIÇÃO



XV Congresso Nacional do Partido Socialista

10 11 e 12 de Novembro de 2006
Centro Nacional de Exposições [CNEMA]
Santarém



EDITORIAL



JORGE SEGURO
SANCHES
Director

Rigor e transparência na gestão autárquica

NUMA empresa totalmente controlada pelo município de Lisboa e cujo principal objectivo é auxiliar e desenvolver a acção municipal no estudo e na execução de empreendimentos urbanísticos, não parecia já normal que construindo em terrenos provenientes do município – mais baratos – acabasse por vender habitação a preços de mercado ou até superiores.

A situação que nos últimos dias foi denunciada na EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, uma empresa tutelada pela Câmara Municipal de Lisboa, é no mínimo chocante:

- Quinze directores vitalícios, ou seja, a quem foram conferidos poderes vitalícios de direcção e supervisão na empresa, alguns com ordenados bastante superiores à média praticada para estas funções (um deles com mais de 10 mil euros mensais!), bem como a atribuição indevida de prémios, utilizando empresas participadas, são alguns dos exemplos que a imprensa denunciou nas últimas semanas.

O tema, transparência e rigor na gestão de dinheiros públicos, vai surgir certamente na agenda política quando discutirmos de forma desapassionada a proposta de Lei de Finanças Locais.

Extraordinário é que a Câmara Municipal de Lisboa, accionista da empresa, pouco ou nada parece saber sobre as questões, mostrando-se até algo impotente para resolver temas de ilegalidade clara e de evidente desgoverno e descontrolo de gestão de dinheiros públicos.

O tema, transparência e rigor na gestão de dinheiros públicos, vai surgir certamente na agenda política quando discutirmos de forma desapassionada a proposta de Lei de Finanças Locais. Se é certo que será necessário fazer vários exercícios,

desde logo separar o trigo do joio, o essencial do acessório, também será necessário contribuir para mais qualidade da nossa democracia.

A discussão está lançada e o PS, que tem grandes tradições e saber na política autárquica, tem uma proposta que visa mudar muito do actual estado de coisas – com algumas autarquias totalmente endividadadas no presente e no futuro e incapazes de assegurar com eficácia as suas atribuições legais e comunitárias.

Mais uma vez, o PS demonstra que o tema autárquico é um dos mais importantes e queridos da sua agenda política. Os socialistas sabem que, nos pouco mais de 30 anos de democracia, os portugueses encontraram no poder autárquico uma escola de democracia e de participação cívica.

Situações como as da EPUL são claramente indicadores de que algo haverá a mudar. É essa a proposta do PS.

Receita do Estado cresceu de forma robusta

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O GOVERNO não irá subir nem descer os impostos em 2007, garantiu o ministro de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, adiantando que a receita do Estado cresceu 7,6 por cento nos primeiros oito meses do ano “de forma bastante robusta e dentro do previsto no Orçamento do Estado para 2006”.

Até Agosto, referiu, o défice do Estado estava nos 5170 milhões de euros, o que se traduziu numa redução de 863 milhões de euros em relação ao período homólogo do ano passado.

Em conferência de Imprensa destinada a fazer um balanço sobre a execução orçamental até Agosto, Teixeira dos Santos mostrou-se confiante no cumprimento do objectivo orçamental que o Governo se propunha para este ano, ou seja, conseguir um défice abaixo dos 4,6 por cento do produto interno bruto (PIB) acordado com Bruxelas, no âmbito do Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Em relação à despesa, o ministro das Finanças referiu que o grau de execução da despesa total estava em 65 por cento no final de Agosto, um valor um pouco abaixo dos dois terços do previsto para o total do ano. E destacou ainda facto de “o crescimento nominal da despesa corrente primária, ou seja, a despesa corrente sem juros, ter sido de 1,2 por cento, abaixo da inflação registada, o que, na sua opinião,



demonstra “o esforço de contenção” do Governo.

Apesar de admitir rever em alta a previsão inicial do crescimento do PIB no Orçamento do Estado para 2007, Teixeira dos Santos reafirmou que não irá baixar ou aumentar impostos, assim como não irá mudar a meta orçamental para este ano.

O ministro das Finanças sublinhou que “o esforço de consolidação tem de ser do subsector do Estado, das autarquias, dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA)”, considerando que o Estado “está a portar-se bem”, enquanto outros subsectores, como as autarquias, não sabe se se estão a “portar bem”.

Ao longo da conferência de Imprensa, Teixeira dos Santos não deixou de fazer duras críticas ao “discurso alarmista e irresponsável” vindo de quem “tão demagogicamente dizia que a despesa está descontrolada”.

Encaixe de 1,56 mil milhões com privatizações

Por outro lado, o ministro das Finanças anunciou que o Estado vai arrecadar este ano 1,56 mil milhões de euros com as privatizações, o equivalente a 1,1 por cento do PIB.

“Não existe qualquer risco de comprometimento do seguimento das operações”, afirmou o ministro, adiantando que as privatizações da Galp, Rede Eléctrica Nacional e Portucel vão mesmo avançar até ao final do ano.

OPINIÃO



EDUARDO CABRITA

É decisivo que as autarquias locais reforcem a intervenção junto das populações nas áreas sociais, ultrapassando uma época marcada pela prioridade concedida às infra-estruturas.

Uma Lei de Finanças Locais para uma Nova Geração de Políticas Locais

A NOVA Lei de Finanças Locais constitui um objectivo do Programa do Governo do Partido Socialista necessário à concretização de uma segunda geração de políticas locais marcadas pela descentralização, pelo alargamento da autonomia local e por uma gestão mais eficiente e transparente dos municípios e das freguesias.

Durante trinta anos as autarquias locais foram decisivas num trabalho que permitiu, no espaço de uma geração, elevar a qualidade de vida dos portugueses de indicadores terceiro-mundistas para um patamar em que nos defrontamos com problemas próprios de um país integrado no núcleo duro da União Europeia. As autarquias locais estão perante um modelo de gestão esgotado, que acentua injustiças relativas e que tem contribuído para a estagnação do processo de descentralização e para a perda de credibilidade do poder local junto da opinião pública.

A nova Lei de Finanças Locais é em primeiro lugar uma lei que reforça e promove a descentralização e a autonomia local.

Os municípios passam a participar directamente nas receitas de IRS geradas no próprio concelho criando uma ligação directa entre os rendimentos dos residentes e as receitas locais.

A participação em 5 por cento do IRS abre espaço para o reforço da competitividade fiscal entre municípios, actualmente limitada ao IMI e à derrama, permitindo a redução até 3 por cento da colecta por decisão municipal.

A autonomia local é igualmente alargada no que respeita à possibilidade de concessão de isenções fiscais pelos municípios, à intervenção municipal na apreciação da concessão de isenções de IMI ou de IMT por razões de interesse nacional, e pelo fim das isenções do Estado relativamente às taxas municipais. Refira-se igualmente a concessão às áreas metropolitanas e às associações de municípios da possibilidade de cobrança dos impostos locais.

A LEI de Finanças Locais é indispensável para uma profunda descentralização de competências para os municípios. As actuais competências locais foram estabelecidas, no essencial, em 1984, com o PS no Governo, e está por concretizar a Lei-Quadro de Transferência de Competências aprovada

igualmente por iniciativa do PS, em 1999. Com a nova Lei de Finanças Locais abre-se uma nova fase no alargamento das competências locais, destacando-se a intervenção nas áreas da Educação, da Saúde e da Acção Social. É criado um Fundo Social Municipal destinado a financiar a actividade nestes três domínios, prevendo-se que a partir de 2008 sejam transferidos os recursos que o Estado gasta com estes sectores juntamente com as competências. Será assim possível assim reforçar a intervenção municipal no 1º ciclo do ensino básico e alargá-la aos 2º e 3º ciclos. Prevê-se igualmente, na sequência da criação da rede social, uma intervenção dos municípios na gestão de creches, centros de dias e lares de idosos, bem como a participação na gestão dos centros de saúde e na prevenção da toxicod dependência.

É decisivo que as autarquias locais reforcem a intervenção junto das populações nas áreas sociais, ultrapassando uma época marcada pela prioridade concedida às infra-estruturas.

A nova Lei de Finanças Locais garante a neutralidade financeira em 2007, isto é, mesmo num ano marcado pela redução da despesa corrente em todos os Ministérios visando a redução do défice público para 3,7 por cento do PIB, é garantida uma transferência do Orçamento do Estado para os municípios e freguesias igual à de 2006. Mas a nova Lei tem também critérios mais justos na repartição de recursos entre os municípios que apoiam as políticas de proximidade e reforçam a coesão territorial.

O ACTUAL Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) é destinado apenas em 18 por cento à coesão entre municípios. A nova Lei das Finanças Locais aumenta para 50 por cento a parte de coesão territorial do FEF. A solidariedade entre municípios é assegurada, fazendo com que os municípios com uma capitação dos impostos locais superior em 25 por cento ou mais à média nacional compensem aqueles que ter receitas fiscais inferiores a 75 por cento da média nacional.

É por isso que os municípios com maior capacidade fiscal, cerca de 40, irão ter em 2006 uma redução nas transferências com um limite máximo de 5 por cento, para apoiar os municípios mais pobres os quais terão um reforço ou uma estabilização das

transferências em 2007. Em qualquer caso, os municípios mais pobres nunca poderão sofrer qualquer redução nas transferências até 2009.

A partir de 2008 os municípios irão beneficiar da evolução da actividade económica e das receitas fiscais que se irão reflectir na repartição de recursos entre o Estado e as autarquias locais.

Nos critérios da repartição de recursos dá-se relevância ao ambiente, majorando a área dos municípios classificada como Rede Natura ou área protegida. O factor ambiental na afectação de recursos visa compensar os municípios pelas limitações à gestão do seu território determinadas por preocupações ambientais de dimensão nacional ou europeia. Igualmente se garante que os municípios com mais de 50 por cento da sua área classificada como Rede Natura ou área protegida nunca poderão ser as transferências reduzidas até 2009.

Em 2007, cerca de cinco em cada seis municípios terão transferências iguais ou superiores às de 2006. Por outro lado os municípios mais “ricos” os quais terão uma redução de transferências até ao máximo de 5 por cento não deixam de beneficiar do crescimento das receitas de IMI. Estas subiram 13,3 por cento em 2004, 4,5 por cento em 2005 e estão a crescer 15,6 por cento até Julho do corrente ano.

A NOVA Lei de Finanças Locais credibiliza o poder local ao aumentar o rigor e transparência na gestão municipal.

Além disso, são adoptadas regras claras que permitem evidenciar a participação dos municípios no esforço nacional de consolidação das finanças públicas.

O limite de endividamento líquido municipal passa a ser correspondente a 125 por cento das receitas dos impostos locais, das transferências do Orçamento do Estado, da parcela de 5 por cento do IRS e das receitas das empresas municipais. Existe igualmente um limite de 100 por cento daquelas receitas para os empréstimos a médio e longo prazo. São contudo excluídos do cálculo dos limites de endividamento os empréstimos que no momento da celebração já não contaram para o endividamento municipal. São os casos dos empréstimos para a realização de obras com financiamento comunitário, para operações de realojamento ou de rea-

bilitação urbana, os destinados a recuperar infra-estruturas destruídas pelos incêndios florestais ou para a construção dos estádios do Euro 2004.

Face aos últimos dados disponíveis com os novos critérios, estarão acima dos limites de endividamento 70 municípios, os quais deverão reduzir anualmente em 10 por cento o seu excesso relativamente à capacidade de endividamento admitida. Mas, mesmo estes municípios poderão contrair novos empréstimos desde que destinados a financiar obras com apoio comunitário ou para reabilitação urbana.

Quando toda a administração pública está a adoptar modelos de transparência e rigor, o prestígio do poder local exige a solidariedade nacional que passa por compartilhar este esforço de consolidação financeira.

A autonomia local é igualmente reforçada com o alargamento das modalidades de taxas locais, as quais passam a depender da demonstração de equivalência entre o valor da cobrança prevista e o serviço prestado ou o investimento a realizar.

Finalmente, impõe-se uma breve referência às empresas municipais: o recurso à forma empresarial é cada vez mais justificado por uma gestão flexível que melhore a competitividade e qualidade da actividade municipal.

Tal exige um rigor acrescido na criação e funcionamento das empresas municipais. A sua criação passa a depender de estudo económico e os resultados das empresas passam a ser objecto de consolidação de contas com o próprio município.

Por outro lado, é necessário reforçar a autonomia das empresas municipais, o que passa pela limitação do exercício de funções de gestão por autarcas a uma presença não remunerada e à limitação dos vencimentos dos gestores a nível aplicável às câmaras municipais de Lisboa e do Porto.

Os autarcas do Partido Socialista apostam na credibilização e reforço do poder local, o que exige um novo movimento de descentralização de competências e o alargamento da autonomia local. Tal só é possível com a transparência e rigor na gestão, sem qualquer solidariedade com práticas de irresponsabilidade que tanto têm contribuído para denegrir, junto da opinião pública, a imagem da democracia local.

Miranda Calha elogia acção do Governo

O SECRETÁRIO nacional do PS para as Autarquias, Miranda Calha, participou nos dias 16 e 17, respectivamente, num jantar com militantes da Secção de Odivelas e na festa anual do PS/Torres Vedras, onde teve rasgados elogios à nova Lei das Finanças Locais, pôs em evidência os recentes sinais positivos da economia portuguesa e considerou que o próximo Congresso Nacional vai ser marcado pela afirmação do rumo que tem vindo a ser traçado pelo PS no Governo.

Entre as notas dominantes das intervenções que efectuou nestas duas iniciativas, Miranda Calha apontou os sinais positivos da nossa economia, como a revisão



em alta do crescimento económico feita por diversas organizações nacionais e internacionais, a descida da taxa de desemprego e a consolidação das contas públicas, salientando que “Portugal está no bom rumo”.

O dirigente socialista falou ainda das reformas que têm vindo a ser realizadas em diversas áreas, enaltecendo a “determinação e coragem” com que o Governo tem levado a cabo o programa que foi sufragado pelos portugueses nas últimas legislativas.

Por outro lado, Miranda Calha considerou a Lei das Finanças Locais, como “a grande reforma do poder local”, que irá permitir a participação das autarquias em

novas áreas como a saúde, a educação e a acção social.

E, a propósito, não deixou de criticar a acção de algumas câmaras ao venderem os seus créditos futuros à banca, antecipando deste modo receitas financeiras. “Este comportamento compromete o futuro das próximas gerações”, disse.

Miranda Calha referiu ainda que o próximo Congresso Nacional vai ser “um momento importante” de afirmação do PS, nomeadamente dos eixos fundamentais da sua acção governativa, no âmbito da agenda reformista que tem por objectivo a modernização e desenvolvimento do país.

J. C. C. B.

Marcos Perestrello defende Congresso centrado na governação

O XV Congresso do Partido Socialista “tem de servir para demonstrar que o partido está à altura das suas responsabilidades, continua preocupado, tem respostas para o país e para os problemas da sociedade portuguesa e é também capaz de se modernizar nas suas regras e procedimentos internos”. Esta a ideia defendida pelo secretário nacional da Organização, Marcos Perestrello, no discurso de abertura da Conferência de Setembro, uma iniciativa promovida pela Federação do PS de Leiria.

PERANTE uma vasta assistência constituída por militantes e simpatizantes que se reuniram no dia 18, num hotel de S. Pedro de Moel, o dirigente socialista garantiu que o partido não tem problemas internos, sustentando por isso que a reunião magna de Novembro deve centrar-se nos problemas do país e da governação.

Depois de afirmar que o PS tem razões para orgulhar-se do trabalho que tem feito no Executivo, Marcos Perestrello lembrou que “se a economia nacional cresce actualmente ao ritmo da União

Europeia, muito acima das previsões mais optimistas, e à custa das exportações, e se a confiança dos consumidores e dos agentes económicos também tem vindo a aumentar desde o final do ano passado, isso deve-se sobretudo à capacidade do PS de traçar um rumo para o Portugal e seguir esse caminho sem hesitações.”

No plano financeiro, o secretário nacional da Organização saudou a consolidação das contas públicas “sem truques” concretizada pelo Governo, destacando o facto do PS nunca se ter resignado



à de que para conter a despesa pública e combater o défice era preciso desistir do crescimento da

economia e do emprego.

Quanto à Administração Pública, o dirigente socialista vincou

os bons resultados da reforma encetada ao recordar que o Banco Mundial elogiou recentemente Portugal e que o nosso país subiu no “ranking” dos Estados onde é mais fácil ser empreendedor.

Em matéria de Segurança Social, reforçou a indisponibilidade do PS para fazer acordos que visem a privatização do sistema, não assegurem a sua sustentabilidade, aumentem a dívida pública e onerem a carga fiscal, uma posição assumida pelo secretário-geral do PS, José Sócrates, no último Fórum das Novas Fronteiras, realizado no Porto.

A terminar a sua intervenção, Marcos Perestrello saudou as várias estratégias e medidas implementadas pelo Governo socialista que permitiram “um clima favorável ao crescimento da economia e criar novos postos de trabalho” (cerca de 50 mil), fazendo descer a taxa de desemprego de 8 para 7,3 por cento. M.R.

PS/Sardoal com nova sede



O PARTIDO Socialista do Sardoal inaugurou, em clima de grande festa, a sua nova sede, numa cerimónia que contou com a presença do secretário nacional da Organização, Marcos Perestrello, do presidente da Federação de Santarém, António Rodrigues e do líder concelhio, Fernando Vasco, entre outros camaradas.

Segundo Marcos Perestrello, o apoio que a direcção nacional tem dado à Concelhia do Sardoal para a constituição de uma nova sede representa sobretudo “uma grande responsabilidade” para os seus dirigentes, uma vez que se traduz numa “aposta clara do PS na conquista da câmara municipal nas próximas eleições autárquicas”.

Por sua vez, António Rodrigues classificou o novo espaço como “um prémio aos nossos camaradas do Sardoal pela sua gestão autárquica e pelo bom trabalho

que têm feito enquanto oposição”, num concelho em que os socialistas têm fortes probabilidades de vir a conquistar o poder.

“Estou satisfeito também pelo facto de todas as concelhias de Santarém terem agora uma sede, dada a importante tarefa que elas desenvolvem e que carecem mais e melhores condições logísticas”, disse o dirigente federativo.

Para o presidente do PS/Sardoal, Fernando Vasco, com a inauguração da nova sede dá-se mais um passo enfrente na estratégia de “afirmação do partido enquanto alternativa credível à maioria que governa o município, além de se facilitar a auscultação das opiniões, problemas e sugestões dos militantes e autarcas socialistas.

A nova sede da Concelhia do Sardoal fica localizada na Rua Bívar Salgado n.º 56 da vila sardoalense. M.R.

Ascenso Simões advoga preservação do SNS universal

É importante ter contas públicas saudias, um Estado cumpridor, criar condições para mais investimento e crescimento, mas importa também que se não abandone o Serviço Nacional de Saúde (SNS) de acesso universal, que se não deixe de olhar para a educação como elemento estrutural das políticas solidárias do PS e que se não esqueçam os mais pobres e débeis. Esta a ideia defendida pelo secretário nacional do partido, Ascenso Simões, na Festa de Verão do PS/Vila Real.

PERANTE centenas de militantes e simpatizantes reunidos em Vila Pouca de Aguiar, o dirigente socialista reiterou também a negativa socialista à tentativa encapotada de privatização de alguma parte das contribuições para a Segurança Social, defendendo que a governação deve ter sempre uma perspectiva de cidadania e igualdade de oportunidades.

“O Partido Socialista não cederá a nenhuma proposta que tenha como objectivo fazer valer um regime que interessa essencialmente às seguradoras”, afirmou.



Ao fazer um exame dos últimos acontecimentos e o ponto da situação da actualidade política nacional, o cabeça-de-lista do PS em Vila Real nas últimas eleições legislativas centrou a sua intervenção na demarcação entre o que foi a governação de direita e o que é a actual governação da esquerda moderna.

Por seu turno, o presidente da Federação do PS vilarealense, camarada Rui Santos, fez o ponto da situação a nível distrital, fazendo um balanço positivo do muito que

tem sido feito.

Rui Santos saudou o facto do primeiro-ministro e líder do partido, José Sócrates, ter visitado Vila Real por três vezes nos últimos meses e destacou o vasto conjunto de obras que se estão a concretizar por iniciativa da governação socialista.

“O distrito tem recebido do Governo a atenção necessária ao seu desenvolvimento”, afirmou, referindo-se particularmente à

recente decisão de se criar uma Unidade de Missão para o Douro.

Para Rui Santos, trata-se da “realização de mais uma emblemática promessa eleitoral do PS”.

A tradicional Festa de Verão do PS/Vila Real, que conta com mais de 15 edições, reúne anualmente os militantes, simpatizantes e autarcas transmontanos, visando manter vivo o espírito de luta dos socialistas no distrito e constituindo-se como um grande espaço de afirmação da força do PS.

M.R.

OPINIÃO



JOAQUIM MORÃO
Presidente da Câmara
Municipal de Castelo Branco

O ordenamento e a coesão do território aconselham que nenhuma região possa ser votada ao abandono, teremos de ser capazes de superar velhas interpretações dicotómicas, ultrapassar a visão de um país rigidamente dividido (se calhar com algum artifício) entre litoral e interior.

Os municípios, o interior e o QREN

O momento em que nos encontramos

O país, as regiões e os municípios encontram-se perante a necessidade de definirem estratégias que os coloquem, definitivamente, numa trajectória de desenvolvimento e progresso duradouros. Isto acontece num momento em que a conjuntura interna e internacional nos coloca perante novos desafios e nos confronta com novos problemas que não podemos resolver com velhas soluções.

Vivemos, pois, um momento importante em que devemos ter consciência de que as opções que tomarmos agora irão influenciar e condicionar a evolução do nosso país durante a próxima década. Importa, portanto, reflectir para encontrar as respostas mais ponderadas e inteligentes para superar algumas das debilidades estruturais que há décadas nos perseguem.

Os desafios que temos pela frente

Nem a história do desenvolvimento regional nem a dos apoios através dos fundos estruturais começa agora. Ao abrigo dos anteriores QCA, foram feitos, em todo o território nacional, enormes investimentos em equipamentos que importa potenciar para se prestarem mais e melhores serviços às populações. Há infra-estruturas que temos de rentabilizar e cuja utilização devemos recriar para melhor respondermos às necessidades locais e dos agentes económicos.

Certamente que, no âmbito dos investimentos que iremos promover no futuro próximo, através dos apoios comunitários, não queremos fazer mais do mesmo. Estamos num momento da nossa história colectiva em que importa fazer apostas ousadas, rasgar novos horizontes, definir novos percursos e, com coragem e lucidez, trilhar novos caminhos.

Contudo, temos de reconhecer que ainda há muito a fazer nos sectores tradicionais do investimento municipal. Temos de assumir sem quaisquer complexos; não deverá ser nosso propósito pretender atingir horizontes de futuro com a sensação da obra inacabada.

Arrancar, sem hesitações desnecessárias e sem delongas prejudiciais, para um patamar superior de qualidade e exigência de investimentos, não implicará, necessariamente, perder de vista o quanto é necessário ainda investir nos sectores tradicionais.

As lições do passado

Um balanço possível no domínio da aplicação dos fundos comunitários é o de que teremos de ser capazes de fazer mais e melhor com menos recursos financeiros. Isto, não só porque os recursos serão cada vez mais escassos, como também porque a eficiência da sua aplicação, do crescimento económico e do bem-estar social assim o exigem.

Os investimentos do passado permitiram-nos realizar equipamentos e infra-estruturas que vieram melhorar consideravelmente a qualidade de vida das populações, criaram condições mais favoráveis para o desenvolvimento da actividade económica.

Contudo, também houve insucessos e apostas de resultados duvidosos, projectos sobredimensionados que

levantam problemas de gestão e custos excessivos de manutenção e funcionamento. Mas somos também de opinião que houve excelentes ideias e projectos concretizados. Existem obras que marcaram de forma positiva e incontestável alguns municípios do país. Existem boas práticas que devem ser publicitadas, difundidas e multiplicadas: - cito apenas as aldeias históricas de Portugal por ser um programa que conheço bem.

O interior e as coordenadas do seu desenvolvimento

A minha visão do próximo Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) não pode deixar de ser influenciada pelo percurso pessoal de quem está comprometido com o desenvolvimento do interior mais profundo do país. O combate à exclusão territorial não dispensa uma atitude voluntarista, políticas activas e solidárias do Estado, sinais que ajudem

entre equidade territorial e a eficiência a que nos devemos impor na aplicação dos recursos financeiros de que vamos dispor.

A definição do nosso futuro colectivo não pode passar por optar entre competitividade e coesão, ou privilegiar a coesão em detrimento da competitividade, mas, antes, promover uma competitividade que assegure a coesão das diferentes parcelas de um país bastante contrastado e diverso. Os municípios terão um papel fundamental a desempenhar nos processos de desenvolvimento regional, deve existir uma convergência efectiva entre os poderes central e local para se alcançarem resultados palpáveis em domínios como: qualificar as pessoas e os territórios para que se responda às questões da inovação e da competitividade da economia; colocar as cidades e as vilas na agenda da coesão para se assegurar um desenvolvimento e um ordenamento

e integração, para que continue a existir vida e actividades nas áreas rurais, tentando reverter o seu progressivo despovoamento e envelhecimento. É fundamental que haja a criação de alguns empregos, que sejam apoiadas pequenas iniciativas empresariais, que se aproveitem os recursos naturais e valorizem os produtos tradicionais de qualidade (queijo, azeite, etc.), que se garanta a prestação de alguns serviços, isto é, que se assegurem condições de vida minimamente satisfatórias a quem reside nestes territórios. Não posso deixar de referir, tendo presente a minha região, a importância que tem a floresta, tanto em termos ambientais como económicos.

Realizar uma nova geração de redes de infra-estruturas e equipamentos, pensados em função da procura e da localização ideal prestarem efectivos serviço aos utentes.



a alterar o estado de espírito e a auto-estima negativa das populações e dos agentes económicos, que desenvolvem a sua actividade em condições e territórios desfavoráveis.

Dou um exemplo, pegando nas Aldeias Históricas de Portugal: - Se fôssemos ousados e ambiciosos, seria de assumir como um desígnio do país que fossem reconhecidos como Património da Humanidade estes "Castelos" da Raia Central de Portugal.

Competitividade e coesão não podem ser incompatíveis, exigem esforço, determinação, inovação, abertura à modernidade e ao conhecimento.

Não partilho a ideia, eventualmente mais fácil, de abandonar dois terços do território nacional ao esquecimento.

Temos de ser capazes de promover a coesão económica, social e territorial, integrar e dar horizontes de futuro às populações que vivem nos dois terços mais periféricos do país.

O ordenamento e a coesão do território aconselham que nenhuma região possa ser votada ao abandono, teremos de ser capazes de superar velhas interpretações dicotómicas, ultrapassar a visão de um país rigidamente dividido (se calhar com algum artifício) entre litoral e interior.

É necessário conciliar coesão e competitividade, bem como gerir a tensão

mais equilibrado do território nacional; criar infra-estruturas e equipamentos que melhorem a prestação de serviços à populações e às empresas, que assegurem uma relação mais articulada entre as cidades e o mundo rural.

Algumas apostas para a próxima década

Tais pressupostos aconselham que deve ser dada oportunidade a que os municípios concretizem projectos e promovam iniciativas geradoras de dinâmicas positivas em alguns domínios que passarei a apresentar. Os programas que venham a ser definidos devem permitir concretizar as seguintes apostas:

Colocar as cidades e as vilas sedes de concelho no cerne de um política urbana, imprescindível para assegurar a coesão e o equilíbrio do território nacional. A requalificação urbana, dos centros históricos e das periferias das cidades, a mobilidade urbana, os equipamentos e, sobretudo, as infra-estruturas de apoio à actividade produtiva, devem desempenhar um papel renovado, conferindo nova centralidade e maior competitividade aos respectivos territórios.

Encontrar novas soluções e iniciativas para o desenvolvimento dos espaços de baixa densidade populacional, que contribuam para o seu desencravamento

Criar emprego durável e qualificar os territórios. A realização de infra-estruturas para a localização empresarial e de serviços qualificados de apoio à actividade produtiva será o papel que nesta matéria os municípios poderão dar. Incentivos à inovação e o apoio para que se venha a concretizar investimento externo nos concelhos do Interior será parte que caberá ao Poder Central.

Promover a cooperação procurando complementaridade entre territórios, utilizar os novos tipos de acessibilidades para interligação, em rede, dos equipamentos espacialmente dispersos.

Qualificar e valorizar os recursos humanos, de forma a motivar e incentivar os jovens para as dinâmicas empreendedoras e empresariais, e promover a sua fixação nos concelhos raianos, criando emprego e riqueza.

Estou convicto que os Programas Operacionais Regionais contemplarão alguns destes domínios como medidas ou áreas específicas de intervenção, permitindo afirmar as regiões e o país no contexto ibérico e europeu. A verificarem-se estas premissas, julgo que criaremos melhores condições para o desenvolvimento das actividades económicas, promovendo o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das populações que pretendemos servir melhor.

Renato Sampaio critica “totonegócio das autarquias”



O LÍDER da Federação do Porto do PS, Renato Sampaio, criticou as câmaras municipais que pretendem vender os seus créditos futuros à banca, acrescentando que “Portugal não pode ter agora o totonegócio das autarquias”.

Várias autarquias, como as da Maia, Santarém, Gaia, Covilhã e Cascais, de maioria PSD, assinaram ou preparam-se para assinar com a banca acordos em que recebem de imediato determinadas verbas revertendo para as instituições financeiras durante um período específico de tempo receitas suas como as rendas de habitação social ou da concessão da rede eléctrica.

Renato Sampaio manifestou “total solidariedade” para com o secretário de Estado adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, para quem a atitude das autarquias pode configurar a figura de “fraude”.

“O rigor financeiro que o Governo está a tentar pôr em prática tem de contar com a solidariedade das

autarquias. Num momento em que se pede um esforço aos portugueses não pode haver instituições do Estado que não cumprem esse objectivo de rigor nas contas públicas”, disse.

Para o líder do PS/Porto, “mais do que uma questão legal é uma questão de princípio: um agente político não pode comprometer o futuro das novas gerações”.

Relativamente às acusações feitas por vários sectores do PSD de que a postura do Governo é um ataque a autarquias laranja, o também deputado socialista rejeitou-as categoricamente.

“É um facto que quem está a procurar utilizar truques de engenharia financeira para driblar as regras das contas públicas são, na sua maioria, autarcas social-democratas. Isso não é nenhuma atitude persecutória, é um facto. O Governo é isento e estou convencido de que não tem intenção de prejudicar nenhuma autarquia”, acrescentou.

PS de Valongo contra aplicação da taxa de IMI

O PARTIDO Socialista de Valongo manifestou o seu desacordo em relação ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), aprovado pelo Executivo municipal.

Esta posição pública da Comissão Política Concelhia do PS de Valongo vem no seguimento da rejeição desta mesma proposta que a Câmara Municipal apresentou para discussão no passado dia 30 de Junho na Assembleia Municipal e que na altura mereceu os votos contra dos socialistas, da CDU e do BE.

A maioria de direita que governa a autarquia pretendia, com efeito, manter a cobrança de taxas máximas no IMI, que podem variar entre os 0,4 por cento a 0,8 por cento para os prédios urbanos não avaliados nos termos do Código do IMI, e os 0,2 e os 0,5 por cento para os prédios urbanos já avaliados.

Recorde-se que desde a reforma dos impostos referentes ao património, aprovada pelos anteriores governos de direita em 2004, que a Comissão Política Concelhia do PS de Valongo vem manifestando e alertando para a necessidade de se avaliar com maior precisão o impacto real que a medida poderá despoletar nos bolsos dos contribuintes.

Também, e a este propósito, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) recomendava em Março de 2005 às autarquias que avaliassem as hipóteses de baixar a taxa do IMI, e isto, sublinhavam, “face às expectativas de crescimento do comportamento das receitas”.

No mesmo sentido vai a recomendação da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI)



que, confirmando o excessivo peso que desde há dois anos os impostos municipais estão a representar para os orçamentos dos contribuintes, sublinha o facto de as câmaras municipais estarem “visivelmente a lucrar com as alterações introduzidas à lei em 2004”, mesmo, como refere, com a existência das chamadas cláusulas de salvaguarda até 2008.

Esta cláusula define que as câmaras municipais podem optar por baixar os impostos, uma vez que lhes cabe a elas fixar as respectivas taxas, mas como recorda o PS de Valongo, e ao invés do que se poderia esperar e desejar, e até agora, “têm-no feito em torno dos limites máximos”.

A Concelhia do PS de Valongo, manifesta-se pois contra a fixação de uma taxa próxima do seu valor máximo, alegando que este critério afecta todos os casais e famílias que investiram na compra da sua própria habitação, e que para além do pesado encargo do empréstimo

bancário “estão também a sofrer os aumentos extremamente elevados nas taxas municipais praticadas no concelho”.

Para o PS de Valongo, a Câmara Municipal tenta maximizar a cobrança das suas receitas “sem um mínimo de razoabilidade”, porque se encontra, como referem os socialistas, “numa situação de ruptura financeira e de desgoverno”, sendo inclusive hoje “uma das mais incumpridoras do país”, demorando, por exemplo, como alertam, “mais de um ano a saldar as suas dívidas”.

Entendendo que a maioria de direita que governa o município está a praticar, para além de uma atitude iníqua, uma injustiça, a concelhia do PS de Valongo deu instruções aos seus autarcas municipais para que em conjunto com as outras forças políticas com representação na Assembleia Municipal se ponham de acordo sobre um valor justo a aplicar na taxa de IMI. R.S.A.



www.psporito.org

A FEDERAÇÃO
DO PS PORTO
ONLINE

“As políticas do Governo estão a criar um clima de confiança no país”

AFONSO CANDAL GARANTE

NO REINÍCIO dos trabalhos parlamentares, o deputado socialista Afonso Candal lembrou que, apesar do país estar ainda a atravessar um período de consolidação económico-financeira, com tudo o que isso implica de esforço e de sacrifícios para a população, os sinais de recuperação são já inequívocos e traduzem de facto, como frisou, que o rumo que o Governo tem vindo traçar para os diversos sectores da nossa vida colectiva, “representa uma inquestionável mais-valia para o futuro imediato de Portugal”.

Sem esconder que a situação económica em que vivemos ainda apresenta traços difíceis, o deputado socialista não deixou contudo de sublinhar, “os manifestos e evidentes sinais de que o rumo traçado pelo Executivo liderado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, é o mais correcto”.

Para Afonso Candal, a verdade e a transparência com que os problemas do país têm sido analisados e o rigor com que as medidas correctivas de muitos dos nossos défices estruturais se têm vindo a aplicar, “criaram já um ambiente propício e bastante diferente do que estávamos habituados”.

O resultado desta acção é, na opinião do deputado socialista, fruto, por um lado, da grande confiança que todos os portugueses têm manifestado em si próprios, e, por outro lado, como consequência das políticas que o Governo tem vindo a pôr em prática.

Reforçando a ideia do muito que ainda há a fazer, e dos sacrifícios que ainda têm que ser pedidos aos portugueses, Afonso Candal não deixou de destacar que os dados mais recentes mostram uma inversão da nossa situação económica e social, dando-se mesmo a coincidência curiosa, como disse, de haver uma série de reputados organismos nacionais e internacionais que nos seus mais diversos estudos sobre a situação portuguesa, são unânimes em afirmar que as taxas de crescimento deverão situar-se acima das indicadas pelo Governo.

De facto, na perspectiva do deputado do Partido Socialista, algumas medidas implementadas ao longo dos últimos meses “começam agora a ter efeitos práticos”, aguardando-se que a prazo o país possa sentir no seu quotidiano “mais alterações reais” que contribuam igualmente para ajudar não só ao desenvolvimento do país, mas que na essência traduzam melhor qualidade de vida para a população.

Os problemas que o país enfrenta são muitos e complexos, recordou Afonso Candal, mas nem por isso



“deveremos abrandar ou afrouxar a luta que iniciámos”.

O esforço tem de ser mantido e permanentemente renovado, lembra, não devendo os sinais positivos ser pretextos para “deixarmos de prosseguir e de apoiar o caminho que este Governo iniciou há pouco mais de ano e meio”.

Uma luta em várias frentes

Para o deputado do PS, as ideias que José Sócrates tem vindo a defender para a governação do país são inquestionavelmente aquelas que maiores vantagens podem trazer, nomeadamente quando o primeiro-ministro afirma que o défice e o equilíbrio das contas públicas não deveriam ser consideradas como um fim em si próprio, mas antes uma condição essencial ao surgimento de um novo modelo de crescimento económico, de equidade social e de justiça intergeracional.

O esforço de credibilização de Portugal perante os seus parceiros e perante si próprio, disse ainda o deputado socialista, “tem obrigado a medidas duras de contenção e de racionalização de despesas e de maior justiça na obtenção de receitas”, nomeadamente através

de cobranças de atrasados, mas assumir a verdade sobre a situação orçamental do país, “abandonando inaceitáveis práticas de ocultação de despesa real ou de inscrições e anúncios de receitas ficcionadas” foi o passo certo, na sua opinião, para recolocar Portugal no lote dos países sérios e credíveis.

Para Afonso Candal, é indimentável que hoje temos em Portugal um Governo que cumpre com a sua obrigação e com o que prometeu à população, facto que na sua perspectiva se traduz também no constante diálogo que o Executivo tem sabido manter com as mais diversas forças políticas e sociais, sustentando a sua prática na tolerância de posições, mas não se deixando contudo, “cair na tentação fácil de ceder a reivindicações injustas ou excessivas”.

Este é um Governo, como sublinhou na sua intervenção no Parlamento, que tem demonstrado ter um rumo para o país, que apoia e estimula os agentes mais dinâmicos “mas que não se esquece, como nunca se poderá esquecer, dos princípios da solidariedade, da equidade e da justiça”.

Os números falam por si

Das diversas e múltiplas análises

que são possíveis de fazer à actual situação política e económica de Portugal, defendeu o deputado do PS, consoante a perspectiva ou o interesse de cada um, há uma realidade à qual já ninguém pode fugir ou sequer contornar: “É que a estratégia política desenvolvida no último ano e meio pelo Governo, com os resultados positivos que já se conhecem, traduz na prática uma realidade presente que quer na forma quer no conteúdo, se apresenta substancialmente diferente das seguidas por anteriores Governos”.

Para o parlamentar socialista, é claro que ninguém tem o dom de adivinhar o futuro “mas quem trata estas matérias tem obrigação de conhecer o passado e o presente e de reconhecer as diferenças”.

Dos anúncios que se mostravam sempre irrealistas de crescimentos de dois por cento acima da média comunitária “que nunca passaram de ilusões”, a periódicos anúncios de retoma “que mais pareciam chamamentos desesperados porque inconsequentes”, o que o passado nos deixou, “foram quatro longos anos de divergência crescente face aos nossos parceiros europeus”.

Em contrapartida, defendeu, o que a análise do presente no traz

é que se essa divergência ainda assume contornos reais, os mesmo dados também nos dizem, por outro lado, que o fosso é hoje cada vez menor, facto aliás comprovado pelos números do último trimestre, que nos dizem que o crescimento português foi mesmo idêntico à média da União Europeia.

E se dúvidas houvessem, acrescenta Afonso Candal, os estudos tornados públicos por diversos organismos aí estão para que ninguém duvide de que o país começa, de facto, a mostrar uma saúde económica que há muito não tinha.

Diz o Instituto Nacional de Estatística (INE), por exemplo, que nos primeiros três meses de 2005 as exportações estavam a cair 1,4 por cento. Ao invés, recordou, o que o INE nos diz agora é que no primeiro trimestre deste ano de 2006 as exportações cresceram 8,5 por cento tendo no segundo trimestre registado uma taxa de cerca de 7,6 por cento.

Também no que respeita ao desemprego, outra das questões preocupantes para qualquer gestão governativa, há dados novos e bastante animadores.

Com efeito, refere o deputado do PS, como resultado do populismo exacerbado com que foi tratada a delicada questão do desemprego, “o passado recente deixou-nos permanentes taxas de crescimento”.

Ao contrário, lembra, os actuais indicadores demonstram-nos que finalmente também o desemprego começa a estar contido, a ser encarado de frente e por isso mesmo a conhecer novos desenvolvimentos.

Há, afirmou, e os dados aí estão para o confirmar, “aumento do emprego”, já que, como justificou, “são mais cerca de 49 mil os portugueses que estavam no início da presente legislatura desempregados e que hoje encontraram um posto de trabalho”.

De pouco vale, como defendeu, afirmar que há hoje muitos desempregados com altas qualificações, facto que na opinião do deputado do PS carece de comprovação efectiva. Mas mesmo que este cenário se ponha e se comprove, a verdade é que também há presentemente “mais portugueses empregados com altas qualificações”.

O que resulta daqui, lembra finalmente Afonso Candal na sua intervenção, é que a “verdade e a transparência com que os problemas do país têm sido analisados e resolvidos e o rigor com que as medidas correctivas de muitos dos nossos défices estruturais se vêm aplicando”, criaram já um clima diferente que se traduz numa maior e mais consistente confiança quer por parte dos portugueses no geral, quer dos investidores nacionais e internacionais. R.S.A.

Portugal representado na Comissão do Mediterrâneo por dois deputados do PS

OS DEPUTADOS do Partido Socialista Rosa Maria Albernaz e Miguel Ginestal participaram, no passado dia 14 de Setembro, em Amã, capital da Jordânia, numa reunião da Comissão de Segurança e Cooperação do Mediterrâneo da União Interparlamentar (UIP).

Esta foi a última reunião da UIP, que passará a designar-se Assem-

bleia Parlamentar do Mediterrâneo. reafirmando deste modo, como sublinha a deputada socialista Rosa Maria Albernaz, “a importância dum espaço de diálogo político” que vai possibilitar a troca de experiências, quer ao nível social, quer no ponto de vista das diversas visões políticas e culturais”, com o objectivo de um “reforço da democracia baseada no respeito dos direitos humanos, das



bleia Parlamentar do Mediterrâneo. A história da região mediterrânica é feita, influenciada e percorrida ao longo de muitos séculos, pelas culturas europeias, africanas e do Médio Oriente, estando, pois, profundamente marcada pela diversidade cultural.

Depois de mais de trinta anos de actividade da UIP, onde a problemática que envolve esta vasta região, quer do ponto de vista social, político ou económico mereceu particular atenção da parte de todos os parlamentares que a integravam, e que em 1995 criaram a Comissão de Segurança, Cooperação do Mediterrâneo (CSCM), este organismo vai agora, após anos de discussão, fazer nascer a Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM),

suas culturas, civilizações e crenças religiosas”.

Na opinião dos representantes portugueses Rosa Maria Albernaz e Miguel Ginestal, a nova Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo terá todas as possibilidades de desenvolver os meios necessários capazes de possibilitar o fim das tensões e conflitos de que a região tem sido palco proporcionando os caminhos da paz e da cooperação entre as diversas nações envolvidas.

Para a deputada socialista, o caminho não será fácil, mas os parlamentares árabes, africanos e europeus garante, “saberão ultrapassar as dificuldades e atingir o equilíbrio necessário para o aprofundamento da democracia naquela região”.

R.S.A.

Socialistas entregam proposta de referendo sobre o aborto

NO INÍCIO do novo ano parlamentar, o PS voltou a apresentar um projecto de resolução para a realização de um referendo sobre a interrupção voluntária da gravidez realizada por opção da mulher nas primeiras dez semanas.

O líder da bancada parlamentar socialista, Alberto Martins, disse que o PS espera que Cavaco Silva convoque o referendo.

“Pensamos que sim, que a consulta será convocada. Tem cobertura constitucional e o Presidente da República fez alusão à sua disponibilidade para ir ao encontro da decisão da Assembleia da República nesta matéria”, disse.

Alberto Martins apontou Janeiro de 2007 como “uma boa hipótese” para a realização da consulta popular sobre a despenalização do aborto em Portugal, oito anos depois do referendo em que o “não” venceu por escassa margem, embora com uma participação eleitoral inferior a 50 por cento.

“O período de Dezembro não é adequado para uma campanha eleitoral”, salientou o líder da bancada socialista, acrescentando que o PS também não espera obstáculos do Tribunal Constitucional (TC) porque propõe colocar aos portugueses “a mesma pergunta do passado” sobre a qual o TC emitiu um acórdão favorável.

Alberto Martins garantiu ainda que o PS “vai estar muito empenhado” durante a campanha, de forma a que finalmente a despenalização da IVG seja uma realidade no nosso país.

Por sua vez, a presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, Maria Manuela Augusto, afirmou ao “Acção Socialista” que “é muito importante que todas e todos nos mobilizemos e consigamos transmitir, de forma clara, aquilo que se pretende sub-



meter a referendo”, nomeadamente através da “realização de debates e sessões onde se possa explicar o que está em causa quando falamos em despenalização ou em discriminação”.

Referindo que “ninguém, em sã consciência, está a defender o aborto como método contraceptivo”, a camarada Maria Manuela Augusto sublinhou que “o que está em causa é acabar de vez com a pior das hipocrisias sociais, quando se finge que nada se passa, ou se condenam

mulheres que, em desespero, recorrem ao aborto clandestino”.

Por isso, acrescentou, o referendo sobre a despenalização da interrupção voluntária da gravidez “é uma oportunidade que os socialistas não podem descurar, se quisermos acabar de vez com esta vergonha de sermos quase os únicos da União Europeia a não colocar um ponto final nesta chaga social”.

O debate parlamentar para aprovação do referendo já está agendado para 19 de Outubro e a pergunta proposta pelo PS é mesma de 1998 (ver caixa).

Com esta iniciativa, o PS dá “cumprimento àquilo que é um compromisso eleitoral, mas também um imperativo de consciência para muitas portuguesas e portuguesas”, pode ler-se no projecto de resolução.

“O PS tem mostrado de forma reiterada a firme vontade de cumprir esse compromisso eleitoral com a maior urgência possível tendo em conta o quadro constitucional e legal vigente”, refere ainda a proposta socialista. J. C. C. B.

PERGUNTA PROPOSTA PELO PS

“Concorda com a despenalização da interrupção voluntária da gravidez, se realizada, por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas, em estabelecimento de saúde legalmente autorizado?”

www.ps.parlamento.pt

Grupo Parlamentar



Um ensino público centrado na melhoria dos resultados escolares



Todas as reformas introduzidas no sistema de ensino têm tido como traço comum a defesa da escola pública e visam o combate ao abandono e insucesso escolar, sublinha a ministra da Educação. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Maria de Lurdes Rodrigues destaca a confiança na capacidade das escolas como eixo central da política educativa, que tem como objectivo melhorar a qualificação dos portugueses.

SILVINO GOMES DA SILVA E J. C. CASTELO BRANCO

Porquê a aposta que o seu Ministério fez no ensino básico?

É o ensino básico, nomeadamente o 1º ciclo, que necessita de uma intervenção mais urgente. Com excepção do corpo profissional dos professores do 1º ciclo, que foi muito valorizado há alguns anos, a verdade é que outros aspectos ficaram para trás. Ao longo de muitos anos, não se mexeu na rede. Por outro lado, em 2001 adoptou-se uma reforma deste nível de ensino, mas não se procedeu à real integração das escolas do 1º ciclo com as escolas e meios disponíveis nos restantes ciclos. Isto criou alguma disfunção e a manutenção de desigualdades no acesso aos recursos didácticos e pedagógicos, essenciais às escolas mais concentradas e mais modernas. Algumas escolas do 1º ciclo do ensino básico tornaram-se, por isso, um pouco o símbolo do insucesso. É, por isso, indispensável intervir decisiva-

mente nessa situação e é o que o Governo está a fazer.

A sua ideia foi, portanto, combater o insucesso escolar através da reorganização da rede e da dotação de melhores meios nas escolas?

Intervimos ao nível da rede, procurando criar uma dinâmica de encerramento de escolas do 1º ciclo isoladas e em perda de alunos e em condições precárias de recursos, sempre em colaboração com as autarquias. Queremos escolas novas com os equipamentos necessários a uma boa aprendizagem e estabelecemos como prioridade, em articulação com o poder local, a criação das condições necessárias para o país tirar o melhor partido possível do novo Quadro de Referência de Estratégia Nacional (QREN) para criar uma rede escolar moderna e para o futuro, substituindo nesse processo a rede de escolas primárias construída nos anos 40 e 50. Outra

grande prioridade é a criação de uma dinâmica nova no reforço das matérias e actividades que a escola tem para trabalhar com os seus alunos. Nesse sentido, demos orientações novas aos professores do 1º ciclo sobre a carga horária em matéria de português, de matemática e de estudo do meio. Para além disso, alargámos o funcionamento em dez horas por semana, criando uma verdadeira escola pública a tempo inteiro para actividades de enriquecimento curricular, dando oportunidade para o acesso de todos os alunos, cujas famílias o desejem, a terem inglês apoio ao estudo, actividade física e desportiva, e ensino da música, entre outras expressões artísticas ou outro tipo de actividades.

Ainda no âmbito do combate ao insucesso, outra medida do seu ministério são os planos de acção para a matemática. Em que consistem esses planos?

No ensino básico, tivemos exames nacionais pela primeira vez exames no 9º ano e os resultados foram muito insatisfatórios, sobretudo a Matemática. No passado, os resultados serviram apenas para avaliar e seleccionar alunos e, incompreensivelmente, nunca foram aproveitados para ajudar as escolas a melhorarem as aprendizagens. Refiro-me, evidentemente, aos

exames nacionais do 12º ano, que vêm sendo realizados desde há uns 10 anos.

A novidade, desta vez, foi a decisão de devolvermos os resultados dos exames do 9º ano às escolas, pedindo-lhes que fizessem uma reflexão sobre as causas do insucesso, caso a caso, e apresentassem ao Ministério da Educação (ME) sugestões no sentido de se poder alterar a situação dos maus resultados persistentes em Matemática.

As escolas aderiram a este processo com um enorme entusiasmo e uma enorme participação. Todos os professores de Matemática do país, ao nível do básico, tiveram uma participação intensa, muito competente, muito profissional, identificando várias dimensões do problema, que vão desde as famílias até à sala de aula.

No final deste processo de diagnóstico, combinámos com as escolas que cada uma actuaria na medida da sua esfera de acção. As escolas candidataram-se ao fornecimento de recursos adicionais por parte do ME, e temos neste momento cerca de 900 escolas com projectos de intervenção para a Matemática, descentralizados e organizados segundo o diagnóstico e as prioridades definidas com autonomia pelas próprias escolas. Os planos são plurianuais e depositados na confiança em que podem fazer uma

diferença nos resultados que os alunos portugueses têm obtido nesta disciplina ao longo do tempo.

Outra das medidas emblemáticas do seu ministério foi o alargamento do funcionamento das escolas do ensino básico até às 17h30. Está nos seus planos alargar essa medida ao segundo ciclo?

É importantíssimo fazer esse alargamento ao 2º ciclo, abrangendo os alunos até aos 12 anos. No 1º ciclo, até há 2 anos, apenas 25 por cento dos alunos tinham acesso aos ATL, pagando as suas famílias esse serviço de apoio que era fornecido por IPSS, associações de pais e autarquias. Digamos que tinham escola pública de manhã e uma quase-escola privada, à tarde. Foi esta situação que conseguimos inverter.

Agora, temos planos para alargar esta medida ao 2º ciclo. Para já, procedeu-se à reconversão dos serviços e da capacidade instalada dos ATL e solicitou-se às IPSS que alargassem a sua cobertura dirigida aos alunos dos 5º e 6º anos. Algumas fizeram-no. Temos consciência de que uma das dificuldades é haver muitas escolas do 2º ciclo em regime de desdobramento. Estamos a trabalhar com elas e a organizar as condições para no próximo ano lectivo proceder a um alargamento, que tem implicações

importantes nos horários, se não em todas as escolas naquelas onde isso seja mais viável, para começar. No 1º ciclo foi mais fácil porque há um professor único a leccionar a parte curricular. Mas no próximo ano estaremos em condições de começar a premiar as escolas do 2º ciclo que adoptem um horário alongado.

Que balanço faz da introdução do ensino do inglês no ensino básico?

Um balanço extremamente positivo. Há um relatório da execução do programa de inglês, feito por uma comissão de acompanhamento, onde se conclui que, no essencial, o modelo adoptado é bom. O ME tem um papel de atribuição de recursos, de definição das orientações programáticas e definição dos perfis dos professores a afectar a esta actividade; mas cabe às autarquias, candidatando-se ao nosso financiamento, pôr em prática, no terreno, o programa do inglês e, agora, também o conjunto das outras actividades de enriquecimento curricular.

As autarquias responderam com muita competência, de forma praticamente universal e com um modelo diversificado, em função das suas realidades locais. Isto foi muito bom porque está a permitir às autarquias exercerem verdadeiramente novas responsabilidades, relativamente às suas competências em matéria de escolas do 1º ciclo. Hoje temos, de uma forma geral, os autarcas cada vez mais interessados nas suas escolas.

Pode-se dizer que todas estas medidas, no fundo, são em defesa da escola pública?

Com certeza. Havia uma desvalorização da escola pública, em especial no 1º ciclo, porque as crianças frequentavam a escola pública de manhã, mas à tarde precisavam do complemento da escola privada. Esta realidade também se passa, aliás, noutros níveis de ensino. Há adolescentes que vão à escola pública de manhã e à tarde têm explicações. É isto que eu considero indesejável e que o Governo deseja alterar, gradualmente, no nosso sistema.



O mercado de explicações é legítimo, não está em causa, mas a escola pública tem de responsabilizar-se mais na sua função de qualificar eficazmente os alunos, suprimindo, na medida do possível, os condicionamentos sociais e familiares.

Estamos perante um problema grave, porque metade dos alunos que entram no ensino superior fazem-no com recurso a explicações, ou seja, temos um significativo adicional de recursos gasto em educação pelas famílias, e isso significa, em alguma medida, que elas desistiram da escola pública. Com os recursos públicos investidos todos os anos em Educação, temos de inverter essas insuficiências e assegurar que o sistema público cumpre a função de garantir a igualdade de oportunidades entre os seus alunos.

Houve focos de contestação ao encerramento de cerca de 1500 escolas em vários pontos do país. Mas há a impressão generalizada de que esta resistência está ultrapassada, que é coisa do passado.

O passo verdadeiramente positivo em todo este processo que iniciámos

será quando as populações passarem elas a tomar a iniciativa de reivindicar o fecho de algumas escolas. Tenho esperança de que, no próximo ano lectivo, sejam algumas populações a dizer aos autarcas e ao ME que não querem determinada escola, por não ter as melhores condições para os seus filhos. A situação podia estar resolvida, há anos, se as famílias tivessem sido mais exigentes com o ME e as autarquias tivessem reivindicado escolas novas, com equipamentos modernos e funcionais.

Até aqui o ME dialogava com os sindicatos, associações de pais e autarquias. Agora também temos como novo interlocutor os conselhos executivos. A senhora ministra sentiu a necessidade de ter mais interlocutores ou esta foi uma situação em que se procurou contornar o poder dos sindicatos para afirmar a sua política educativa, acantonando-os, por assim dizer, à sua área que é o estatuto, a carreira, as questões laborais?

O objectivo não é acantonar os sindicatos. O objectivo é reunir as condições adequadas e necessárias

para concretizar as medidas de política centradas nas escolas, porque é nelas que a educação se realiza. As escolas foram, durante muitos anos, vistas como uma espécie de fim da cadeia hierárquica do ME, eram a sua última repartição.

Ora, as escolas não são repartições do ME, são espaços vivos e autónomos, onde acontece o que há de mais importante na educação, que é o processo de ensino e de aprendizagem. A escola já mudou muito, mas faltava transformá-la no centro da política educativa e tornar isto explícito. A autonomia das escolas permitir-lhes-á fazer uso do potencial que apenas elas, uma vez identificados os problemas, possuem para encontrar as respostas verdadeiramente eficazes a nível local.

Acredito que o sucesso dos nossos objectivos de melhorar a qualificação dos portugueses passa por fazer da escola pública o centro da política educativa e encontrar os parceiros para a concretização dessa política, designadamente os conselhos executivos, que são as pessoas que quotidianamente, com muitas dificuldades, são responsáveis pela organização das

“Nós temos de assegurar que o sistema público de ensino cumpre a sua função de garantir a igualdade de oportunidades”

escolas. O que fazemos é valorizar o papel dos conselhos executivos no interior das escolas e reconhecer o papel insubstituível que um bom conselho executivo tem na boa organização da escola e no êxito da política educativa. O que é importante é transmitir confiança na capacidade das escolas e, em particular, dos professores – para alterar o actual contexto de resultados dos alunos. Este é, efectivamente, o objectivo estruturante da actuação do ME e está na base de todas as medidas lançadas até ao momento.

Nos professores parece haver uma dualidade. De um lado, está uma parte dos docentes com o ministério e com a ministra, sentindo que há um novo interlocutor que são os conselhos executivos prontos para o diálogo, enquanto que, do outro lado, estão os sindicatos que quando é para debaterem questões socioeconómicas já estão contra a ministra. Não sente que há esta dualidade?

A vida tem contradições assim. Quantas pessoas neste país adoram e valorizam o trabalho que fazem e, todavia, têm más condições laborais, salariais, e isso não as demove de realizar bem as suas tarefas. Por exemplo, quantos actores ou músicos adoram o trabalho que fazem e no entanto são mal remunerados. Mas isso não faz deles piores actores ou piores músicos, pelo contrário. Por isso, eu penso que os professores podem estar muito inquietos e preocupados com aquilo que vai ser a evolução das condições socioeconómicas do seu trabalho, mas isso não significa que, quotidianamente, na escola, não gostem de ensinar, não estejam de corpo e alma com os seus alunos e não dêem o seu melhor. É isto que no fundo se manifesta.



PERFIL

Maria de Lurdes Rodrigues

Ministra da Educação do XVII Governo Constitucional. Nasceu em Lisboa há 50 anos. É a sua primeira experiência na área política. Professora, doutorada em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), de Lisboa. De 2004 a 2005 foi presidente do Conselho Científico do ISCTE. Pertence aos quadros docentes do Departamento de Sociologia do ISCTE, desempenhando ainda as funções de investigadora do Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES). De 1997 a 2002 foi presidente do Observatório das Ciências e das Tecnologias do Ministério da Ciência e da Tecnologia. É autora de um vastíssimo conjunto de trabalhos de carácter científico, publicados com regularidade, com especial destaque nas áreas da Sociologia das Profissões e da Sociedade da Informação.

Temos como objectivo o reforço da qualificação dos alunos

Tem havido uma forte contestação dos sindicatos em relação ao novo estatuto da carreira docente, alegando que vai haver uma baixa generalizada dos ordenados dos professores. Isto corresponde à realidade?

Não haverá nenhuma baixa, não estamos a desvalorizar a carreira docente, a grande mudança é que a estruturámos em dois níveis, introduzindo a diferenciação e o reconhecimento do mérito dos professores.

Estruturámos a carreira em dois níveis, que é o mínimo quando se procura estruturar uma carreira, dizendo que se há uma carreira, ou seja, se se reconhece que entre o primeiro e o último ano há uma diferença, numa carreira que se vai progredindo, é normal que aos profissionais com mais competência e experiência em fim de carreira se lhes atribua funções de responsabilidade. E isto pode ser estabelecido no estatuto, o que significa que nem todos os professores chegarão à categoria superior. E, sublinho, estamos a fazer esta estruturação pelos mínimos, já que a maior parte das carreiras profissionais não são estruturadas a dois níveis, mas sim em três, quatro, cinco ou mais níveis. E nem todos os profissionais chegam ao topo, seja qual for a profissão.

Um outro elemento que estamos a introduzir é o da avaliação rigorosa, o que significa que segundo este novo método nem todos os professores terão uma classificação de excelente. Os sindicatos criticam isto ilustrando um caso extremo: um professor que não tenha sempre excelente vai ficar num determinado ponto da carreira, por oposição à situação que agora acontece que é qualquer professor, quer seja excelente ou não, chega sempre ao topo. Mas isto é precisamente a diferença que estamos a propor. Eu poderia dar um exemplo, exactamente oposto, que é um professor que seja sempre excelente e chegue ao topo, vai ver a sua carreira diminuída em x por cento de anos e se tiver os prémios de salário que estão previstos pela atribuição de excelente, pode ter um aumento significativo de remuneração. O que não podemos fazer é agarrar num caso extremo e dizer que a média de remuneração vai diminuir, que é o que os sindicatos estão a fazer. O que é preciso sublinhar é que os menos bons professores não vão ter uma perda; o que não terão é um ganho, o que é diferente.

Em contrapartida, está previsto o aumento dos salários



dos professores em início de carreira...

Sim, há uma clara e significativa valorização. Actualmente, entram na profissão com um índice muito baixo e, a prazo, o objectivo é fazer com que todos os professores em início de carreira vejam a sua remuneração substancialmente melhorada.

Um dos pontos mais polémicos do estatuto da carreira docente é a questão da avalia-

“Procurámos valorizar o papel dos conselhos executivos no interior das escolas e fazer deles os principais parceiros para o êxito das políticas educativas”

ção dos professores pelos pais dos alunos. Qual a razão de ter havido algum ruído à volta desta questão?

Eu considero que os pais são parceiros muito importantes da escola, tal como as autarquias. E a escola tem de olhar para estas instituições como recursos dos quais se deve tirar todo o partido. Os pais têm hoje uma expectativa positiva em relação à escola, querem os filhos na escola. Hoje já não precisamos de

ir buscar meninos a casa.

É verdade que a escola se fecha muitas vezes aos pais. Todavia, quando olhamos para os casos concretos de boas práticas, as melhores escolas têm geralmente a associação de boas autarquias – que gostam das suas escolas, as acarinhos e lhes dão apoio –, e também boas associações de pais envolvidas na vida da escola, a ajudar a escola a melhorar. Ora, isto significa que a escola pode melhorar se tirar todo o partido dos recursos exteriores que tem. O objectivo é que com os processos de avaliação, seja das escolas seja dos professores, se tire todo o partido destas parcerias, incluindo os pais.

Neste contexto, eu penso que os pais, em matéria de avaliação dos professores, são quase sempre as primeiras pessoas a perceber quando se está perante um professor excepcional ou mau professor. Às vezes acontece que a escola nunca chega a saber que teve um professor verdadeiramente excepcional, mas os pais sabem qual foi o contributo daquele docente para o progresso dos seus filhos, porém, o contrário também sucede, porque quando há más práticas os pais são os primeiros a detectar: eles sabem identificar a capacidade que o professor tem de fazer com que o seu filho progrida e adquira mais competências. E esta mais-valia deve ser aproveitada pela escola, permitindo despistar situações gravosas que de



imediatos podem ser corrigidas se os pais forem ouvidos.

Como encara a marcha de protesto contra o estatuto da carreira docente agendada para o dia 5 de Outubro?

Eu penso que faz parte das regras do jogo os professores manifestarem o seu descontentamento relativamente à discussão do estatuto através de uma marcha ou outras formas de luta. Mas também penso que é muito importante para a política educativa distinguir duas dimensões desta questão. Os professores não se manifestam porque estão em desacordo com a escola a tempo inteiro, com o enriquecimento curricular no 1º ciclo, com o programa de encerramento das escolas ou ainda contra a criação de cursos profissionais nas escolas, que são eixos muito importantes da política educativa. Não é contra isto que é a manifestação, mas contra a revisão do estatuto. A minha tranquilidade advém do facto de estar convencida de que a revisão do estatuto ajudará não apenas a melhorar o funcionamento da escola e os resultados escolares, mas também contribuirá para um maior prestígio da função docente.

O Governo vai instituir este ano, pela primeira vez, o Prémio Nacional do Professor. Qual o objectivo deste galardão?

O objectivo é identificar e premiar o mérito. Nós temos prémios nacionais nas mais variadas áreas, como, por exemplo, teatro, jornalismo, literatura, mas não há nenhum prémio na área da educação, que distinga o professor. E justamente é esse o objectivo: identificar e distinguir o professor e fazer isso anualmente, com uma rotina que permita também ao país conhecer aquilo que são boas práticas, porque existem escolas e professores absolutamente extraordinários, e o prémio ajudará a dar visibilidade, quer seja a professores que tenham uma carreira que os distingue, quer os mais jovens que tenham trabalhos pioneiros em diversas áreas. Há, por exemplo, imensos professores que dedicaram uma vida inteira ao ensino de alunos com deficiência, e isto é absolutamente notável; e o país lida com isso com muita normalidade, mas de facto não distingue. E eu penso que esse esforço e mérito merecem ser distinguidos.

O abandono e insucesso escolares são chagas do nosso sistema de ensino. Que políticas estão a ser levadas a cabo pelo ME para combater este fenómeno?

Eu diria que o conjunto das medidas têm esse objectivo, todas elas estão interligadas, e visam o reforço da população em idade escolar através de um combate ao insucesso e ao aban-

dono escolar.

No básico, todos os anos há 20 por cento de estudantes que chegam aos 16 anos e não concluíram o 9º ano. Para combater esta situação lançámos medidas como as actividades de enriquecimento escolar, a melhoria do ensino da matemática, a formação de professores. Tudo isso visa a prevenção do abandono e o combate ao insucesso. Por outro lado, lançámos os cursos de educação e formação, desenvolvidos sobretudo nas escolas secundárias; um jovem que chega aos 16 anos e não concluiu o 9º ano é muito negativo que continue a marcar passo numa escola do básico, onde estão meninos mais novos. Por isso, o importante é fazê-lo transitar para uma escola que tenha secundário, no fundo, que possua cursos adequados ao seu

“Os pais são parceiros muito importantes da escola, tal como as autarquias”

“O aumento dos cursos de formação vai ajudar as escolas no combate ao insucesso”

nível de instrução, ao seu nível de qualificação, não ao seu nível étário, e mantê-lo na escola para que depois possa também prosseguir para o ensino secundário.

Estes cursos foram talvez das iniciativas mais importantes, passámos de três mil alunos para mais de vinte mil, e eu penso que se conseguirmos manter o acompanhamento destes cursos e garantir a sua qualidade, temos aqui uma oportunidade de inverter a situação.

Ao nível do secundário, onde 35 por cento dos alunos abandonam ou repetem o 10º ano, e depois 50 por cento no 12º, diversificámos as ofertas formativas e criámos em todas as escolas secundárias cursos profissionais, à semelhança dos que existiam na rede privada, que tinham um enorme sucesso.

Penso que esta diversificação e aumento exponencial dos cursos de formação vai ajudar as escolas no combate ao insucesso porque responde melhor às expectativas dos alunos no que respeita ao secundário.

E aqui o mérito é exclusivamente das escolas, já que o ME só teve a ideia e desafiou as escolas a apresentarem ofertas formativas, e de um ano para o outro passámos de 70 para 450 cursos. Agora os dados estão lançados, precisamos de garantir a qualidade do trabalho que está a ser desenvolvido.

As escolas são o eixo central da política educativa



É sabida a sua vontade de estabelecer mais contratos de autonomia com as escolas. Em que moldes e segundo que critérios é que vai fazê-lo?

Vamos anunciar isso brevemente. Foi criado um grupo de trabalho que definiu o modelo de avaliação das escolas que queremos ter e fizeram-no avaliando. Já há 24 agrupamentos de escolas avaliados e esse trabalho que foi concluído será apresentado, no Conselho Nacional de Educação, no início de Outubro. Vai ser possível avaliar escolas excelentes, menos excelentes, menos boas, e estas 24 escolas serão desafiadas a apresentar uma proposta de contrato de autonomia a celebrar com o ME.

Portanto, o processo de avaliação permitiu, para além da classificação, identificar os pontos fortes e fracos das escolas. O contrato de autonomia visa objectivos precisos, ou seja, criar condições para que as escolas ultrapassem os seus pontos fracos e consigam melhorar os resultados. No próximo ano vamos ter mais cem escolas a ser avaliadas, no âmbito da autonomia, que queremos aprofundar.

Que iniciativas legislativas no domínio da educação é que podemos antever para este ano?

Para além do estatuto da carreira docente, estamos ainda a aperfeiçoar um decreto-lei que permitirá mudar a metodologia de contratação de pessoal docente

pelas escolas, e penso que temos de rever o regime de autonomia e gestão das escolas, que surge em resultado deste processo de avaliação. Por outro lado, estamos a realizar a identificação das competências para aproveitar o PRACE.

Não sei o que se passará em relação à Lei de Bases, uma vez que lançámos um debate nacional que está a decorrer e que certamente trará sugestões e contributos para a revisão da Lei de Bases ou não. Por enquanto, penso que para a prossecução da política do Governo não precisamos de alterar a Lei de Bases.

Há algum consenso em torno dos principais objectivos da educação, melhorar os resultados é um objectivo comum a todas as forças partidárias, bem como adoptar o referencial do secundário como nível de qualificação para todos os portugueses é também um objectivo consensual.

A questão aqui é o modo e o tempo como se chega a atingir esses objectivos.

O ME, tal como os outros ministérios, vai sofrer um corte médio de cinco por cento nas despesas correntes no próximo Orçamento de Estado. Em que medida esta condicionante irá afectar, ou não, as políticas que tem em marcha no terreno?

Estou confiante. Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para acomodar os cortes, uma vez que

temos a obrigação de participar neste esforço de contenção nacional da despesa. Acho possível o ME trabalhar no sentido de racionalizar os recursos de que dispõe sem comprometer a execução das principais políticas que visam melhorar a qualidade do ensino e os resultados escolares dos alunos.

Por outro lado, haverá um instrumento financeiro adicional constituído pelo próximo QREN, cujas verbas poderão ser aproveitadas na modernização da rede escolar.

E vê algum problema quanto à aplicação da lei dos manuais escolares no próximo ano lectivo?

Vamos ver, precisamos de trabalhar. Não antevejo nenhum problema, mas em todas as matérias que envolvam a avaliação precisamos de ter consciência que são de uma enorme dificuldade. As pessoas precisam de acreditar que o que está a ser feito é credível, é sério e é possível. É muito difícil avaliar manuais, bem como é muito difícil avaliar escolas e também professores, mas isso não significa que o não vamos fazer. E vamos fazê-lo da forma mais competente e rigorosa que for possível. É preciso ganhar a confiança dos editores, que é muito importante, e das famílias. O ME tem que demonstrar que consegue e sabe avaliar, e que os resultados da avaliação vão ajudar a melhorar os manuais.

Segurança Social recuperou 110 milhões de euros de dívidas em atraso



NO PRIMEIRO semestre deste ano, a Segurança Social conseguiu cobrar 110 milhões de dívidas em atraso, o dobro da verba recuperada nos primeiros seis meses de 2005.

Este foi um dos dados apresentados pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, em conferência de Imprensa, no âmbito do plano nacional de combate à fraude e evasão contributivas e prestacionais.

Vieira da Silva sublinhou que o plano, apresentado em Abril do ano passado, em nome da “equidade, solidariedade e rigor”, atingiu “um resultado positivo no primeiro semestre do ano”, o que se deve em grande medida ao crescimento das contribuições para a Segurança Social.

As contribuições cresceram 6,61 por cento nos primeiros seis meses do ano, contra a evolução de 3,9 por cento em igual período do ano passado.

Para o ministro do Trabalho e da Solidariedade, trata-se de “um crescimento muito substancial que tem a ver com um maior dinamismo da economia, mas também com uma maior eficiência do sistema”.

Vieira da Silva salientou ainda que o crescimento das contribuições está “claramente acima da estimativa orçamental (5,1 por cento)”, prevendo que este valor se mantenha até ao final do ano.

O Governo prevê recuperar 350 milhões de euros de dívidas à Segurança Social em 2006, mais 50 milhões de euros que em 2005.

No entanto, Vieira da Silva reafirmou que o combate à fraude e evasão “é um trabalho que não está concluído”.

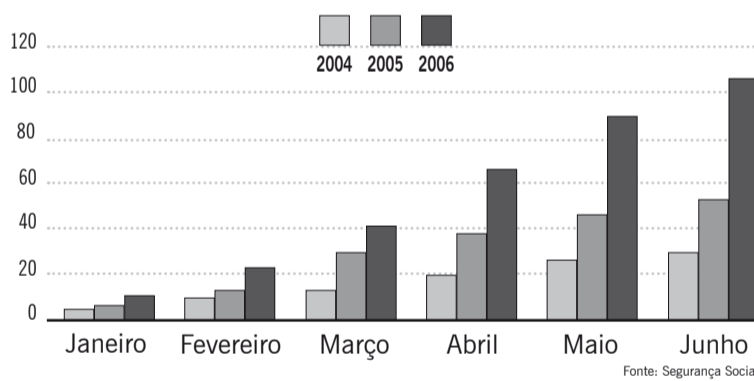
A estratégia de actuação passa pelo

reforço das acções de fiscalização, selecção de contribuintes e beneficiários através de indicadores de risco e cruzamento de dados com a Administração Fiscal e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Por outro lado, a Segurança Social realizou 42 acordos prestacionais com grandes devedores no primeiro semestre do ano, a que corresponde um valor em dívida de 45 milhões de euros, o triplo do verificado no mesmo período do ano passado.

Os acordos firmados, no âmbito de processos de insolvência e de recuperação, asseguraram a manutenção

COBRANÇA DA DÍVIDA PELA SEGURANÇA SOCIAL



de 2695 postos de trabalho directo, mais 83 por cento que no primeiro semestre de 2005.

Entretanto, a Segurança Social vai notificar, até final do ano, 71.500 empresas com declarações de rendimento em falta ou com irregularidades detectadas no valor declarado. Segundo o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, o montante total de evasão estimado é de 250 milhões de euros.

“Esta é a acção mais importante que estamos a desenvolver neste momento”, sublinhou.

MODELO DO PSD SÓ BENEFICIA SECTOR PRIVADO

A PROPOSTA do PSD para o sistema de Segurança Social, prevendo a capitalização, apenas vai beneficiar o sector privado e não os cidadãos em geral, sustentou o porta-voz do PS, Vitalino Canas.

“Quem está interessado no modelo que o PSD propõe para a Segurança Social? São os contribuintes, os futuros beneficiários? Não, são as entidades privadas, as companhias de seguro, que são quem vai lucrar”, sublinhou.

O dirigente socialista comentava a notícia publicada pelo “Expresso” de que uma companhia de seguros vai organizar um ciclo de conferências sob o tema “O futuro da Segurança Social”, tendo como orador o ministro da pasta do anterior Governo PSD/CDS-PP Bagão Félix.

“É chocante e clarificadora. Finalmente se percebe a quem interessa o modelo proposto pelo PSD”, disse o porta-voz do PS, salientando que o tema das conferências “é o mesmo utilizado pelo PSD para o seu colóquio sobre Segurança Social. Fica registada a coincidência”.



Vitalino Canas frisou ainda que “a resposta que o primeiro-ministro deu ao líder do PSD clarifica que o PS não vai abdicar do seu modelo e que a solução passa por manter o modelo em vigor”, referindo-se à carta enviada por José Sócrates a Marques Mendes recusando negociações pessoais sobre a reforma da Segurança Social.

DETECTADOS 17,5 MILHÕES EM FRAUDES NO SUBSÍDIO DE DESEMPREGO

TAMBÉM no domínio do combate à fraude no subsídio de desemprego foram alcançados resultados notáveis. O secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, anunciou que, no primeiro semestre do ano, o cruzamento de dados com o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) levou à suspensão/cessação de 31.459 prestações, o que se traduziu numa poupança estimada de 17,5 milhões de euros.

“Significa que estavam a ser pagos indevidamente 17,5 milhões de euros em subsídios de desemprego”, disse Pedro Marques, adiantando que com o reforço das acções de fiscalização ao subsídio de desemprego, a Segurança Social conseguiu arrecadar um milhão de euros no primeiro semestre de 2006.

O secretário de Estado da Segu-

rança Social salientou ainda que foram desenvolvidas, nos primeiros seis meses do ano, 12.502 acções de fiscalização ao subsídio de desemprego. Trata-se, explicou, de um aumento de mais de 400 por cento em relação ao mesmo período de 2005, em que foram realizadas 2312 acções.

Por outro lado, as mais de 61 mil acções de verificação de baixas médicas (SVI-Sistema de verificação de incapacidades), resultaram numa poupança estimada de 3,7 milhões de euros, enquanto as convocatórias para SVI geraram uma poupança de 546 mil euros.

Já as 18 mil acções de fiscalização domiciliária ao subsídio de doença – mais 19 por cento que no primeiro semestre de 2005 – representaram uma poupança de 1,2 milhões de euros.

Governo cria prémio de mérito para professores

EDUCAÇÃO

Mais de 1,6 milhões de alunos e cerca de 180 mil docentes do pré-escolar ao secundário iniciaram o novo ano lectivo marcado por muitas e importantes novidades.

MARY RODRIGUES

O GOVERNO do PS quer valorizar o papel na sociedade dos bons profissionais docentes e, nesse sentido, vai criar, este ano lectivo, um prémio nacional para os professores.

O anúncio foi feito pelo primeiro-ministro, José Sócrates, na inauguração da nova Escola Básica do 1º ciclo de Conceição de Faro, uma povoação nos arredores da capital algarvia que visitou recentemente na companhia de Maria de Lurdes Rodrigues, ministra da Educação.

Na sua intervenção, José Sócrates apresentou o prémio como “uma homenagem à condição de professor” e como “um sinal claro de que o Governo deseja fazer um apelo a toda a comunidade educativa para que melhore e evolua, para servir melhor os alunos”.

Mas – esclareceu –, o objectivo da instituição deste galardão não se fica apenas pela intenção de valorizar a condição do docente e promovê-lo socialmente, esta decisão visa também compensar “o mérito dos bons professores e



as boas práticas”.

De seguida, o chefe do Executivo destacou as novidades deste ano lectivo, referindo-se particularmente à colocação dos professores por um período de três anos, medida que lembrou ser “uma reclamação de há muito das escolas das famílias e dos professores”.

Recordou também que, neste período escolar que se inicia, 90 por cento dos estabelecimentos de ensino terão aulas até às 7h30 e 98 por cento vão ter aulas de inglês, metas das quais com programas para

os 1º e 2º anos de escolaridade.

Sócrates salientou ainda a instituição, este ano, de aulas de acompanhamento para alunos e a dinamização do ensino do desporto e da expressão artística.

Ao saudar as parcerias entre o Governo e as câmaras municipais e depois de reconhecer o papel fundamental dos professores e das direcções escolares na realização do estabelecimento de ensino anunciado há um ano, o primeiro-ministro enalteceu a competência e o entusiasmo com que as partes acolheram as modificações levadas a efeito pelo Ministério da Educação e as levou à prática.

A Escola Básica de Conceição de Faro tem capacidade para 150 alunos do primeiro ciclo e 75 crianças do pré-escolar, representando um investimento de 972 mil euros. Dispõe biblioteca, sala de professores, polivalente, refeitório e salas de estudo.

Alargado prazo para inscrições em cursos profissionais

Antes da cerimónia de inauguração, a ministra Maria de Lurdes Rodrigues visitou dois estabelecimentos de ensino do concelho de Faro – a Escola Básica Neves Júnior e a Escola Secundária Pinheiro e Rosa –, ocasião durante a qual anunciou o alargamento do prazo para as inscrições em cursos profissionais do ensino secundário até ao final de Setembro, de modo a permitir que muitos jovens possam ainda completar e prosseguir os seus estudos.

Trata-se de dar a estes alunos com mais de 16 anos e que não concluíram a escolaridade obrigatória “um sinal de que a escola está aberta para os acolher”.

A abertura de 450 cursos profissionais de equivalência ao 12º ano em 180n escolas públicas de todo

o país é, aliás, uma das principais novidades deste ano lectivo no que respeita ao ensino secundário.

Numa deslocação a Chaves, a titular da pasta da Educação disse que o Governo quer diminuir a desigualdade entre os salários que os professores portugueses recebem no início e no topo da carreira, uma vez que no começo os nossos docentes auferem ordenados baixos e no culminar do exercício da profissão recebem salários mais elevados que os seus congéneres europeus, sendo por isso precisa uma “aproximação”.

Esta medida, observou, insere-se na revisão do Estatuto da Carreira Docente que se encontra actualmente em fase de discussão.

Entretanto, o Ministério da Educação fez saber que vai alargar o projecto de melhoria de resultados a Matemática no 2º e 3º ciclos e criar um plano semelhante para as disciplinas de Física e Química.

Refeições escolares em Braga abrangem já 93 por cento dos alunos

A REDE escolar da Câmara Municipal de Braga oferece uma cobertura de 93 por cento no serviço de refeições aos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino do primeiro ciclo, assegurou presidente da autarquia.

Segundo o camaráda Mesquita Machado, num universo de 83 estabelecimentos de ensino, 80 garantem o fornecimento da refeição, ou seja, “num total de 8.685 crianças, estima-se que 5.400 dela usufruam”.

O autarca socialista falava, no passado dia 18, em Tadem, na abertura do ano lectivo 2006/2007 da rede escolar pública, durante o qual inaugurou o complexo escolar da localidade, composto por uma escola do primeiro ciclo do ensino básico e jardim-de-infância.



Mesquita Machado salientou que o programa de generalização do fornecimento de refeições escolares visa “combater situações de desigualdade, também derivadas do acesso à alimentação”.

“Alcançar tal desiderato obrigou a significativos investimentos na adequação da rede escolar municipal a esta nova realidade, designadamente na criação de infra-estruturas físicas”, salientou.

TRANSPORTE ESCOLAR ASSEGURADO PARA 10 MIL CRIANÇAS

O CUSTO do transporte dos alunos das escolas do primeiro ciclo encerradas neste ano lectivo vai ser suportado na totalidade pelo Estado. O anúncio foi feito pelo secretário de Estado adjunto e da Administração Local, durante a cerimónia de assinatura de um contrato-programa para reabilitação de estradas municipais afectadas por incêndios.

No final da sessão que decorreu no passado dia 20, em Pampilhosa da Serra, Coimbra, Eduardo Cabrita explicou que o Governo vai inscrever no Orçamento de Estado para 2007 uma verba entre cinco a seis milhões de euros para aquele efeito e estimou em 10 mil o número de crianças abrangidas pela medida, decorrente do encerramento de mais de 1 400 escolas do primeiro ciclo em todo o país.

“Admitimos que será necessária uma verba entre os cinco a seis milhões de euros, sendo este o universo máximo”, declarou o governante, acrescentando que



o valor do apoio por município dependerá de vários factores como o número de crianças ou as distâncias a percorrer, sendo efectivado contra a apresentação de documentos comprovativos por parte das autarquias.

“Assim se faz justiça e coesão territorial”, concluiu Eduardo Cabrita.

Sócrates reafirma compromisso de Portugal com o multilateralismo



Primeiro-ministro português quer uma ONU mais forte e coesa, uma parceria alargada com África e elogia trabalho do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan.

O MULTILATERALISMO é a melhor via para defender os valores essenciais da paz e do desenvolvimento. Esta a ideia defendida pelo primeiro-ministro, José Sócrates, na abertura da 61ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, onde reafirmou o compromisso de Portugal com este princípio.

No seu discurso, o governante português sublinhou o carácter essencial da ONU enquanto “um dos maiores garantes da segurança colectiva”, advogando por isso a sua preservação e reforço.

“É um investimento do qual saímos todos a ganhar. Cada um de nós é membro desta organização, não só para promover interesses próprios, mas também – ou sobretudo, diria eu – para cumprir as esperanças e os sonhos dos povos do mundo inteiro”, afirmou.

Perante os chefes de Estado e de Governo de todo mundo, reunidos na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, José Sócrates defendeu também “uma solução permanente e equilibrada” para a crise no Médio Oriente que permita “uma dinâmica de esperança e de paz na região”.

Depois de frisar que o que se passa naquela zona do globo não

constitui uma questão militar, mas acima de tudo, um desafio político e diplomático, Sócrates alertou para o facto de não se poder desperdiçar “a janela de oportunidade que constitui a resolução 1701 do Conselho de Segurança”, um documento que prevê a retirada das tropas israelitas do conjunto das zonas do Líbano ocupadas na sequência da ofensiva lançada a 12 de Julho, após o rapto de dois soldados israelitas pelo Helzollah.

Segundo o primeiro-ministro, encontrar uma saída pelo diálogo para os problemas do Médio Oriente constitui “um desafio em que as Nações Unidas e a União Europeia assumem responsabilidades partilhadas na promoção da paz e da estabilidade”.

“Portugal cumpre o seu dever e apoia a aplicação urgente da resolução, e estamos presentes na FINUL – Força Interina das Nações Unidas no Líbano, de forma a velar pela sua aplicação”, declarou, acrescentando de seguida que a credibilidade da ONU depende de cada um dos seus membros organização num contexto internacional onde “não há alternativas ao multilateralismo”.

“Enfrentamos todos os mesmos desafios, mas, ao mesmo tempo, eles dão-nos também a oportunidade de vivermos de acordo com os nossos ideais e de pormos em prática os princípios que há mais de seis décadas nos norteiam. A única saída é procurarmos soluções em conjunto”.

Neste sentido, o chefe de Governo português realçou a deter-

minação da União Europeia (UE) em reforçar o relacionamento com África, salientando os esforços que o nosso país tem feito para que o continente não caia no esquecimento.

“A elaboração em curso de uma estratégia conjunta euro-africana irá conduzir a um ‘guião’ das nossas relações com África em áreas fundamentais como a paz e a segurança, a boa governação e os direitos humanos, o comércio e a integração regional, ou o desenvolvimento humano”, afirmou, lembrando que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) celebrou o décimo aniversário e que, como observador, tem vindo a consolidar e a fortalecer a sua intervenção nas Nações Unidas.

Após salientar que “o diálogo entre culturas e civilizações impõe também políticas domésticas exigentes, no respeito pela diferença e na inclusão de todos na sociedade, independentemente de crenças ou religiões”, sublinhou ainda a importância “dos avanços no comércio internacional e no fortalecimento dos laços económicos entre o Norte e o Sul”.

Antes da sua presença na Assembleia-Geral das Nações Unidas, José Sócrates esteve reunido com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, a quem agradeceu o empenho pessoal que pôs no processo que levou à independência de Timor-Leste, descrevendo este facto histórico uma das últimas grandes vitórias das Nações Unidas na luta pelo direito dos povos à autodeterminação. **M.R.**

Candidatura de Coimbra a Património Mundial em risco

A FEDERAÇÃO de Coimbra do Partido Socialista mostrou-se chocada e indignada quando tomou conhecimento, através dos jornais que a candidatura da cidade a Património Mundial, classificada pela UNESCO, poderá estar colocada em risco.

Para os socialistas da cidade do Mondego, como referem em comunicado, “já nada nos espanta” desde que o último Executivo camarário foi eleito, “pois após tantas trapalhadas verifica-se ser esta mais uma a juntar ao leque”.

Contudo, pela relevância deste projecto e pela importância que assume, não só para a cidade de Coimbra mas para toda a região, diz ainda o PS, “não podemos deixar de sublinhar a incapacidade e a incompetência deste executivo camarário” que hoje é alvo, pelas mais variadas razões, de todo o tipo de queixas oriundas dos mais variados quadrantes políticos, “e não só por parte do Partido Socialista”.

Na perspectiva do PS, o concelho e a cidade de Coimbra não podem ficar de braços cruzados e “permitir que um objectivo com esta importância estratégica e cultural possa ser menosprezado por aqueles que tinham a obrigação de tudo fazer para a sua viabilidade”.

Com esta atitude em que manifesta uma indiscutível incompetência e incapacidade em gerir os mais altos interesses do concelho, o actual Executivo camarário está a pôr em causa, refere ainda o PS de Coimbra, a viabilidade de uma cidade que tem as mais altas aspirações em poder

transformar-se “num pólo turístico de referência”, projectando o seu território como espaço de cultura e do conhecimento e como património da humanidade.

Por outro lado, alude ainda o PS de Coimbra, ficou-se também a saber que a Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) apesar do enorme caudal de propaganda que anunciava grandes iniciativas, “nada tem feito”, nomeadamente nas zonas da cidade que supostamente deveria gerir como sejam, por exemplo, as áreas urbanas mais antigas para onde foram aliás anunciadas importantes melhorias, não só ao nível dos espaços públicos, mas também intervenções de relevo no tocante à requalificação dos edifícios, e que até agora não conheceram nenhuns avanços.

Perante este quadro, que os socialistas não deixam de classificar como desastroso, as áreas mais antigas da cidade, “sobretudo estas”, encontram-se hoje sob um “efectivo cenário de abandono, onde abunda a sujidade e uma enorme e acentuada degradação”.

Apesar de não esperar uma inversão significativa desta forma particular que a maioria de direita tem vindo a imprimir na gestão do concelho, o PS aguarda ainda com esperança que os responsáveis autárquicos “arriem caminho e consigam corrigir a sua conduta”, de modo a inverterem “a má gestão que o presidente da Câmara Municipal, Carlos Encarnação, e os seus fiéis vereadores têm vindo a evidenciar”. **R.S.A.**

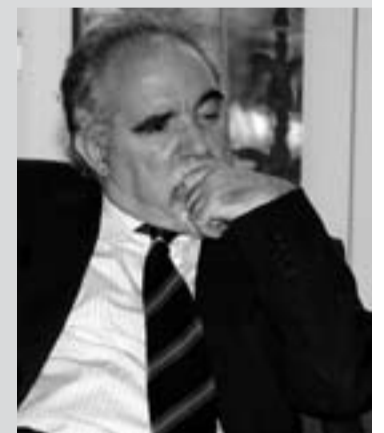
Combate à exclusão com abordagem diferenciada

COMBATER a pobreza, particularmente a que afecta idosos e crianças, e integrar imigrantes e pessoas com deficiência são dois objectivos centrais do Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), cujas linhas gerais foram aprovadas em Conselho de Ministros.

Segundo o titular da pasta do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, este plano, que visa o período 2006-2008, tem “prioridades bem definidas, instrumentos, medidas e metas quantificadas”, tendo sido “preparado por vários ministérios e por um conjunto alargado de instituições não governamentais”.

O PNAI definirá, pois, as prioridades associadas aos pontos críticos da situação social portuguesa, articulando-se com outras estratégias nacionais, e identificará um conjunto de objectivos concretizáveis e com financiamentos garantidos, de modo a que os resultados possam ser devidamente avaliados.

Este documento de coordenação estratégica e operacional das políticas de combate à pobreza e à exclusão social, a apresentar ao



Parlamento, privilegiará também acções que visem “corrigir as desvantagens na educação e na formação”.

Trata-se, pois de “lutar para que não se perpetuem os ciclos de pobreza”, garantiu o ministro Vieira da Silva, adiantando que o PNAI “pretende envolver a sociedade civil e as autarquias”.

“Vamos fazer uma abordagem territorial dos problemas, porque as questões que se levantam apresentam uma abordagem diferenciada, consoante as regiões do país”, explicou. **M.R.**

OPINIÃO



LUÍS PITA AMEIXA
Deputado na AR

As autarquias locais são as entidades em que se organizam as comunidades locais, cuja histórica existência, aliás, precede a do próprio Estado

As autarquias e os recursos do Estado

A CONSTITUIÇÃO da República Portuguesa estabelece que “a organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais” - (art. 237º).

Na verdade as autarquias constituem formas de organização autónoma, são entidades jurídicas próprias, com personalidade jurídica distinta do Estado, mas integrando-se nele, em sentido amplo, e esta sua autonomia constitui um princípio fundamental constitucional compaginado ou acomodado no carácter unitário do Estado - (art. 6º).

As autarquias locais são as entidades em que se organizam as comunidades locais, cuja histórica existência, aliás, precede a do próprio Estado.

Recebidas como parte integrante do Estado, em sentido amplo, ou nele compreendidas, como diz a Lei Fundamental, as autarquias têm direito próprio a uma parte dos recursos públicos.

Ainda segundo a nossa Constituição, o regime das finanças locais visará “... a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias...” - (art. 240º).

Esta repartição subsume-se no conceito de equilíbrio financeiro vertical.

Por outro lado, a Constituição insere ao lado deste, ou em sua sequência, um outro conceito, aplicável ao regime de finanças locais – o de equilíbrio financeiro horizontal – determinando que este visará a “... correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau”.

E acrescenta mesmo (num assomo programático, em que a nossa Constituição é fértil) que essa correcção de desigualdades é necessária.

Portanto, nos municípios entre si, bem como dentro do universo das freguesias, as leis de financiamento das autarquias locais devem conter mecanismos redistributivos de igualização equitativa.

Tal desiderato está em harmonia com aquilo que a Constituição aponta como as incumbências prioritárias do Estado, entre as quais inclui “orientar o desenvolvimento económico e social no sentido de um crescimento equilibrado de todos os sectores e regiões e eliminar progressivamente as diferenças económicas e sociais entre a cidade e o campo” – (art. 81º).

Ora, a proposta de lei (PPL) de regime financeiro dos municípios e das freguesias (finanças locais), apresentada à Assembleia da República pelo Governo do Partido Socialista, actualmente em discussão, recebe exactamente aqueles princípios e dirige-se ao alcance dos objectivos políticos neles inscritos.

Desde logo ao expressar, pela primeira vez, em norma própria, a existência destes princípios – (PPL 7º).

O equilíbrio financeiro vertical é ali apontado ou, se se quiser, indexado às atribuições e competências de cada nível de administração, fazendo-o, aliás, em absoluta conformidade com um novo princípio legal que manda adequar o regime financeiro ao quadro de atribuições e competências autárquicas, actual e, evolutivamente, futuro – (PPL 2º). Os recursos alocados devem ser os necessários e convenientes ao exercício adequado das atribuições e competências que, em cada momento, constituírem o quadro ou acervo de poderes da administração local.

De igual modo, outra novidade positiva da proposta (PPL 92/X), encontra-se na formulação da coordenação das finanças locais com as finanças estaduais, a qual “... tem especialmente em conta o desenvolvimento equilibrado de todo o País...”.

Esta coordenação, que passará a existir, “... efectua-se através do Conselho de Coordenação Financeira do Sector Público Administrativo, sendo as autarquias locais ouvidas antes da preparação do Programa de Estabilidade e Crescimento e da Lei do Orçamento do Estado, designadamente quanto à participação das autarquias nos recursos públicos e ao montante global de endividamento autárquico” – (PPL 5º).

Por sua vez, o equilíbrio financeiro horizontal explicita que a correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau atenderá as “... diferentes capacidades na arrecadação de receitas ou de diferentes necessidades de despesa” – (PPL 7º).

Outras disposições evocam estes princípios que, por sua vez, outras normas concretizam e quantificam financeiramente, tudo se organizando numa nova lei que dará mais um passo de afirmação da autonomia do Poder do Local e de são relacionamento com o Estado em que ele se inscreve.

OPINIÃO



CATARINA MARCELINO
Presidente do DNMS-Setúbal

Muitas vezes o conhecimento casuística das bolsas de pobreza, das necessidades específicas de uma rua ou de um bairro, são a chave para o sucesso daquela comunidade na solução dos problemas que a afectam, procurando através do princípio da subsidiariedade resolver localmente o que pode ser resolvido, introduzindo mais eficiência ao sistema

Autarquias, desenvolvimento social e trabalho em rede

A PROMOÇÃO do desenvolvimento social é uma prioridade nacional, tendo em 2000 durante a presidência portuguesa da UE influenciado de forma marcante a política europeia em matéria de inclusão, através da Estratégia de Lisboa cujo modelo, conhecido como triângulo de Lisboa, assenta em três vértices fundamentais: a política social, a política económica e a política de emprego.

Para o sucesso desta estratégia, é fundamental a mobilização de todos os agentes, Estado, Autarquias, Organizações da Sociedade Civil, sector privado e Universidades, trabalhando em conjunto para um desígnio comum, o desenvolvimento e o bem-estar das portuguesas e dos portugueses.

É fundamental para o desenvolvimento nacional e para uma estratégia pragmática de operacionalização do modelo subjacente à Estratégia de Lisboa um envolvimento efectivo e pró-activo das Autarquias. As últimas têm um papel estratégico de intervenção comunitária, numa lógica de política de proximidade que é insubstituível por qualquer outro poder público. Estão próximas dos cidadãos e das cidadãs, têm um conhecimento aprofundado da realidade territorial, são reconhecidas e legitimadas na sua liderança pela comunidade, são congregadoras por excelência das sinergias geradas pelos outros actores concelhios.

Também ao nível europeu um conjunto de documentos produzidos por diferentes instâncias têm reforçado o papel do poder local nos processos de desenvolvimento, nomeadamente, a Carta da Autonomia Local do Conselho da Europa ou a Carta Europeia para a Igualdade entre Mulheres e Homens na Vida Local.

É nesta dupla perspectiva, de política europeia e de política local, que surge o Programa Rede Social, iniciado em 2000 com 41 concelhos-piloto, cujo principal objectivo é desenvolver o planeamento social concelhio, através de metodologias e instrumentos de planeamento, mas também e não menos importante, rentabilizando os recursos existentes na comunidade. Hoje a Rede está presente em 276 concelhos envolvendo mais de 9 mil entidades parceiras.

A base concelhia tem sido aquela que

de facto tem dado suporte à Rede Social e em torno da qual os Conselhos Locais de Acção Social se têm constituído. Esta opção inicial prendeu-se sobretudo com a própria organização territorial e administrativa do país que, pelas suas características, permite assentar todo o processo numa dimensão territorial cuja entidade responsável acumula um papel de governação local, de planeamento territorial e de intervenção próxima das comunidades.

No sentido de compreender cada dinâmica local, este processo permite incluir ainda uma dimensão mais micro, a das freguesias. Muitas vezes o conhecimento casuística das bolsas de pobreza, das necessidades específicas de uma rua ou de um bairro, são a chave para o sucesso daquela comunidade na solução dos problemas que a afectam, procurando através do princípio da subsidiariedade resolver localmente o que pode ser resolvido, introduzindo mais eficiência ao sistema.

A Rede Social, agora regulamentada, vem reforçar claramente o papel, cada vez mais importante, das autarquias na intervenção social, mas sempre numa lógica de trabalho em rede reforçado pelo enquadramento dado pelo Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) e pela perspectiva transversal do planeamento tendo em conta a dimensão de género, alterando o paradigma do poder centralizado e instituindo o paradigma do poder partilhado e descentralizado.

Não podemos escamotear o facto de nos últimos anos as autarquias terem vindo, progressivamente, a adoptar nas suas políticas municipais a assunção de um conjunto de competências de intervenção directa nas áreas sociais que se encontram fora da sua esfera de competências formais, mas que a nova Lei das Finanças Locais, agora em discussão, vem abrir novos caminhos através da criação do Fundo Social Municipal.

Este papel, cada vez mais importante das autarquias neste sector, com características de flexibilidade e adaptação às necessidades locais deve ser cada vez mais apoiado, introduzindo no cenário nacional uma nova geração de políticas autárquicas que privilegiem o desenvolvimento e um melhor futuro para Portugal.

Câmara de Baião baixa Imposto Municipal sobre Imóveis

A CÂMARA de Baião, no distrito do Porto, anunciou que vai baixar o valor das suas taxas municipais depois de verificar que a redução que estabeleceu para o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) teve um efeito positivo no aumento das receitas da autarquia, contrariando assim, como acrescenta, “as expectativas então geradas”.

Para o presidente da edilidade, o socialista José Luís Carneiro, a redução dos impostos camarários vai ajudar a trazer para o interior do sistema tributário “um maior número de pessoas que actualmente vivem num quadro de ilegalidade”.

Segundo o autarca a aplicação do IMI, que veio substituir a antiga contribuição autárquica, cobrado entre Janeiro e 15 de Setembro de



2006, foi superior a 85 mil euros ao encaixado em período homólogo do ano passado, tendo-se registado uma subida que passou de 191 mil para 276 mil euros. Estes valores são tanto mais significativos, recorda ainda o autarca, uma vez que têm lugar num período em que as taxas de IMI desceram em média entre 12,5 e 20 por cento.

Na altura em que a Câmara Municipal de Baião resolveu aplicar esta medida de redução da taxa do IMI, recorda ainda José Luís Carneiro, a edilidade afastava qualquer cenário de subida das receitas, apontando mesmo para a “possibilidade de perdas de receitas da ordem dos 25 mil euros”.

Face a este quadro, que a Câmara de Baião considera muito positivo, e na perspectiva de que os resultados possam ser os mesmos que os registados como o Imposto Municipal sobre os Imóveis, o Executivo camarário resolveu avançar com a redução de um conjunto de outras taxas, nomeadamente as respeitantes às novas urbanizações, mas também ao saneamento básico, resíduos sólidos e de publicidade. R.S.A.

Semana da Mobilidade promove energias e transportes alternativos

ALERTAR mais uma vez para os números negros da sinistralidade e promover as energias e os transportes alternativos foram as metas essenciais da Semana da Mobilidade, cujo arranque, no passado dia 16, levou centenas de pessoas a participarem numa corrida em Carcavelos, bem como à realização em Lisboa de diversas iniciativas.

Na corrida pela Marginal até Cascais fizeram questão de participar vários membros do Executivo socialista, designadamente, os ministros do Ambiente, Nunes Correia, das Obras Públicas, Mário Lino e os secretários de Estado do Ambiente, Humberto Rosa, e dos Transportes, Ana Paula Vitorino.

Na capital esteve patente ao público, na Praça do Comércio, uma “exposição-choque”, onde se mostraram 36 veículos destruídos em acidentes e as histórias das vítimas, incluindo também simuladores de acidentes e condução virtual.

Trata-se, pois, de uma acção de sensibilização contra a sinistralidade rodoviária no nosso país, considerada uma das altas da Europa, uma vez que nas estradas portuguesas morrem diariamente três pessoas e 155 ficam feridas (8,5 por cento das quais com gravidade), segundo os números revelados recentemente.

Saliente-se que desde a entrada em vigor do novo Código de Estrada, em Março do ano passado, os números da sinistralidade em Portugal baixaram, mas a situação continua, preocupante.

A este propósito, o ministro de Estado e da Administração Interna, António Costa, tem afirmado que a sinistralidade no nosso país é “um dos principais problemas” de segurança interna, a par dos incêndios florestais.

“Não há nada que provoque mais vítimas em Portugal do que a



sinistralidade rodoviária”, alertou o governante, para quem os números relativos às vítimas, entre mortos, feridos graves e ligeiros, “são bárbaros, trágicos e inaceitáveis numa sociedade moderna”.

Por sua vez, o secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões, tem afirmado, relativamente ao novo Código da Estrada, que os resultados são de “relativo sucesso” e que o Governo “ainda não está satisfeito”.

No âmbito da Semana da Mobilidade procedeu-se, igualmente, ao condicionamento do trânsito na zona do Castelo e ao encerramento de várias ruas.

Por todo o país, as autarquias concederam “borlas” em transportes públicos e promoveram a utilização de energias renováveis e dos meios de mobilidade alternativos, para contrariar o recurso

crescente ao automóvel.

Em Matosinhos, por exemplo, a autarquia premiou um veículo por ter sido considerado o participante mais criativo na Marcha da Mobilidade, evento que se realizou no âmbito da Semana Europeia da Mobilidade.

O presidente da Câmara, o camarada Guilherme Pinto, explicou que a única exigência do concurso era que os veículos concorrentes fossem amigos do ambiente, pelo que não podiam ser movidos pela combustão de qualquer combustível fóssil (patins, trotinetas, entre outras)

O Dia Europeu sem Carros (22 de Setembro) foi o corolário da Semana da Mobilidade em Portugal, uma iniciativa que este ano teve como tema as alterações climáticas e contou com a adesão de mais 24 autarquias. **M.R.**

Polis de Viseu com área de intervenção alargada

O GOVERNO socialista vai alargar a área de intervenção do Programa Polis em Viseu, procurando deste modo integrar três novas áreas destinadas à construção de albufeiras de regularização do Rio Pavia. A decisão foi tomada na reunião do Conselho de Ministros do passado dia 21.

Recorde-se que uma das principais acções da intervenção no âmbito do Polis na cidade de Viseu é a requalificação da zona ribeirinha.

Esta meta implica a regularização do seu caudal do rio através da realização, a montante, de obras hidráulicas, cujas áreas se torna, assim, necessário incluir na zona de intervenção, de forma a permitir o seu estudo e operacionalidade, a cargo da Câmara Municipal.



OPINIÃO



ARTUR VAZ
Vereador do Partido
Socialista na Câmara
Municipal de Vila Real

Pelos vistos, houve na preparação deste ano lectivo, no que ao 1º ciclo do ensino básico respeita, quem tenha tido engenho, arte e certamente muito trabalho para encontrar soluções interessantes para propiciar melhores condições de ensino e aprendizagem às crianças do seu concelho

Escola a “meio” tempo

A PARTIR de Setembro todas as crianças que frequentam as escolas do 1º ciclo do ensino básico do concelho vão poder integrar o programa “Escola a Tempo Inteiro”, beneficiando de várias actividades de enriquecimento escolar, anunciou a Câmara Municipal.

Em consequência da implementação deste programa, lançado e patrocinado pelo Ministério da Educação, os alunos do concelho vão ficar abrangidos pelo ensino de inglês, música e actividade física e desportiva, assim como de expressão plástica. Beneficiarão ainda, de apoio ao estudo, destinado à realização dos trabalhos de casa e à consolidação das aprendizagens. Todas estas actividades são de frequência gratuita (...) Foram contratados pela autarquia 300 professores para que seja possível a sua concretização.

Para que o programa fosse implementado no concelho, a autarquia teve que terminar com 100 horários em regime de desdobramento (...) O fim dos desdobramentos e a implementação da “Escola a Tempo Inteiro” resultou de várias parcerias com instituições (concelhos executivos, coordenadores das escolas, associações de pais, IPSS e Coordenação Educativa). Sendo os espaços das escolas sensivelmente os mesmos alguns dos alunos vão passar a ter aulas em salas disponibilizadas por várias instituições e até em contentores que a autarquia irá adquirir para o efeito”...

Os meus caros leitores já perceberam muito bem que os três parágrafos que antecedem não são da minha autoria, como também perceberam que o concelho e a Câmara Municipal que são focados, não são certamente nem a Câmara nem o concelho de Vila Real. Esclareço: os três parágrafos são respigados de um artigo publicado no “Jornal de Notícias” do passado dia 1 de Setembro, da autoria de Salomão Rodrigues, e falam de um concelho do Norte do país cuja câmara é de maioria PSD, por sinal há muitos anos.

Mas não é Vila Real, nem podia ser, porque, infelizmente, aqui e no ano lectivo que agora começa ainda há 10 escolas por sinal as maiores! E são mais de 900 as meninas e os meninos que só podem frequentar a escola ou de manhã, ou de tarde, e que, apenas em parte e em condições deficientes, têm acesso a algumas das actividades extracurriculares acima descritas... Para cúmulo essas crianças se frequentarem um ATL têm que o pagar, quando outras câmaras assumiram essa despesa, que está aliás legislado ser comparticipada pelo Ministério da Educação.

Também não podia ser Vila Real, porque a Câmara Municipal citada no artigo do “JN” competia, liderar o processo de preparação do novo ano lectivo, dialogando e concertando com o Ministério da Educação, com os Agrupamentos de Escolas, com os professores e com instituições culturais e de solidariedade social, para assim melhor encarar os problemas e encontrar para a resolução dos mesmos as soluções adequadas e possíveis. Repare-se que é a autarquia que assume, em apenas um ano lectivo, terminar com 100 horários em regime de desdobramento, para que milhares de crianças do seu concelho (mais de 6 mil diz o artigo!) possam usufruir de todas as actividades extracurriculares. Como assume contratar 300 professores para a concretização das actividades extracurriculares.

Pelos vistos, houve na preparação deste ano lectivo, no que ao 1º ciclo do ensino básico respeita, quem tenha tido engenho, arte e certamente muito trabalho para encontrar soluções interessantes para propiciar melhores condições de ensino e aprendizagem às crianças do seu concelho. Soluções que custarão certamente bastante dinheiro à autarquia em questão. Mas dinheiro que aliás esta, pelo menos no citado artigo, não questiona. Talvez porque os seus responsáveis saibam que, há mais vinte anos, é sua competência e obrigação assegurar, nesse nível de ensino, modernos e eficientes espaços físicos, equipamentos, materiais, auxílios económicos, transportes, refeições...

Sinceramente, tive pena que o artigo do JN não se referisse à Câmara e ao concelho de Vila Real.

Lei orgânica dos Serviços de Informação apresentada no Parlamento

O MINISTRO da Presidência, Pedro Silva Pereira, levou à Assembleia da República a proposta do Governo sobre a revisão da lei orgânica do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), diploma que deverá agora ser aprovado com os votos do PS, PSD e CDS-PP.

Segundo o ministro da Presidência, o novo diploma pretende regulamentar a lei-quadro do SIRP, aprovada em 2004, apontando esta proposta de lei para a criação de estruturas de gestão entre os Serviços de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e de Segurança (SIS).

Pedro Silva Pereira lembrou a este propósito que o Governo não



tem, tal como foi sublinhado no passado dia 22 de Junho aquando da apreciação em Conselho de Ministro desta proposta de lei agora trazida ao Parlamento, a mínima intenção de proceder à fusão, “sobretudo no domínio operacional”, entre o SIED e o SIS.

Com efeito, sublinhou o governante, tanto o SIS como o SIED permanecerão como serviços distintos, mantendo ambos a sua autonomia operacional própria, podendo, contudo, através de certos ajustamentos, “ganhar economia de escala em alguns serviços”.

Na perspectiva do Governo, a proposta de revisão apresentada em plenário, “cumpre o normativo previsto na lei-quadro dos serviços

de informações”, estando apenas previsto, como mencionou este responsável governativo, a existência de serviços partilhados em áreas como a “gestão financeira, recursos humanos e tecnologias de informação”.

Ao apresentar esta proposta no Parlamento, o Governo pretende, pois, entre outros acertos, dotar o SIRP de uma estrutura coesa, nomeadamente através de um “quadro jurídico uno e coerente” que consagre, como referiu o ministro, uma maior organização e um mais adequado funcionamento ao gabinete do secretário-geral, Júlio Pereira.

Finalmente, acentuou ainda Pedro Silva Pereira, o Governo

julga necessário, “embora o SIS e o SIED permaneçam com serviços autónomos”, dotá-los de uma maior racionalização, quer no que respeita aos meios, quer ao nível dos recursos.

Favoráveis a estas alterações e ajustes à lei que o Executivo socialista propõe estão os partidos à direita, que manifestaram já total concordância, sublinhando o seu apoio à aprovação da lei orgânica dos Serviços de Informações apresentada pelo Governo no Parlamento.

Recorde-se que, tradicionalmente, estas matérias que envolvem serviços de informações têm sido, regra geral, concertadas entre os dois maiores partidos políticos portugueses. **R.S.A.**

OPINIÃO



CELSO GUEDES DE CARVALHO

Os telemóveis e as energias renováveis

EM PORTUGAL, nas duas últimas décadas, as energias renováveis têm tido um interesse crescente, partilhado por instituições científicas, investigadores, universidades e empresas. Já o mesmo não se pode dizer da sociedade civil. Esta tem estado afastada do debate e não se sente minimamente motivada para alterar os seus comportamentos de consumo energético (desde que isso implique um investimento da sua parte). Porque é que se consomem telemóveis e não se consomem painéis solares? Antes de dar a minha resposta vou apresentar alguns dados para a sua análise.

É por de mais evidente que a situação actual em que se encontra o mundo geopolítico é bastante favorável à promoção das fontes de energia renováveis. Até 2010 (mais três anos e quatro meses) temos o compromisso de assegurar a produção de 39 por cento da energia eléctrica a partir de energias renováveis. Importamos 85 por cento da energia que consumimos. Somos ricos em recursos energéticos (sol, água, vento, biomassa, geometria). Temos (a par com a Grécia) a maior exposição solar da Europa.

Sendo o aquecimento doméstico de água responsável por mais de um terço dos consumos energéticos dos lares portugueses, a opção pelos sistemas solares é por de mais evidente. No entanto, esta opção tem chocado com alguns obstáculos.

Em quase toda a literatura sobre os sistemas solares, é referenciado que a maior dificuldade é o investimento inicial elevado. Que os consumidores não querem despende de tanto dinheiro, que é a crise, etc. A minha opinião é que o problema está nas soluções que as empresas apresentam aos consumidores. Por exemplo, se associado a um sistema solar viesse incorporado uma leitura real dos Kw produzidos, o consumidor teria uma maior garantia relativamente ao retorno. Se as empresas produtores tivessem mecanismos de financiamento interessantes, os obstáculos também seriam mais facilmente ultrapassados. Há uma série de benefícios que, ao não serem comunicados, fazem com que o custo elevado (ou aparentemente elevado) seja efectivamente um grande entrave.

É também muitas vezes referenciada a questão estética. Ora, hoje em dia há várias soluções de painéis com design bastante atractivo e que, por exemplo, já assentam directamente em cima de um telhado. E, claro, o argumento dos benefícios fiscais assume ainda demasiada importância na decisão da compra. Mas a esta questão voltarei oportunamente.

Porque é que se consomem telemóveis e não se consomem painéis solares? São os benefícios caros amigos... Os dos telemóveis são facilmente percebidos. Os dos painéis solares não. A culpa não é pois do consumidor. É antes das empresas que produzem e comercializam estes tipos de produtos. Claro que já estamos habituados. Ou a culpa morre solteira, ou é erradamente atribuída. Neste caso ao “pobre” do consumidor.

Porque é que se consomem telemóveis e não se consomem painéis solares? Antes de dar a minha resposta vou apresentar alguns dados para a sua análise

OPINIÃO



JOAQUIM JORGE VEIGUNHA

PSD plagia Bush na Segurança Social

EM 2004 a Administração de George W. Bush apresentou uma proposta de privatização parcial da segurança social norte-americana com o beneplácito da direita e de uma legião de economistas neoliberais. No sistema norte-americano os descontos incidem sobre 12,4 por cento dos salários, divididos equitativamente pelos trabalhadores e pelas entidades patronais, ou seja, 6,2 por cento para cada um. O Governo propunha que os trabalhadores transferissem até 4 por cento dos descontos que efectuavam anteriormente para o sistema público para contas individuais que seriam entretanto criadas e funcionariam segundo o regime de capitalização. Os apologistas desta solução miraculosa previam um rendimento de 5 por cento das aplicações dos novos fundos num portefólio composto por um mix equilibrado de acções e obrigações, enquanto a taxa de retorno anual das prestações do sistema público se reduziria apenas a 2 por cento por ano. No entanto, o novo sistema era optativo: os trabalhadores não eram obrigados a aplicar uma parte dos seus descontos no regime de contas individuais, podendo continuar a descontar para o anterior sistema.

Desde logo, o projecto da Administração de George W. Bush revelou uma total ausência de fundamentação. Primeiro, como era possível estimar uma taxa de valorização de 5 por cento dos fundos, quando a taxa de crescimento prevista do PIB norte-americano era significativamente inferior. Segundo, os custos financeiros da transferência dos descontos para o regime de capitalização eram astronómicos. Assim, de acordo com os cálculos do Departamento Actuário da Administração da Segurança Social norte-americana, se os trabalhadores transferissem 2 por cento dos descontos para os fundos de capitalização seria necessário recolher até à próxima década um trilião de dólares para financiar os custos de transição para o novo sistema, em consequência da redução das contribuições. Se os felizes contemplados decidissem transferir mais de 2 por cento, os custos duplicariam no mesmo período. Apesar disto, os apologistas das contas individuais não desistiram de louvar as virtudes da proposta, argumentando que o défice seria coberto através da emissão de dívida pública e que a diminuição das prestações do regime público seria compensada pela rendibili-

zação miraculosa dos fundos investidos no regime de capitalização. Infelizmente para eles, não conseguiram convencer os contribuintes que continuaram a preferir o sistema tradicional. Perante a recusa generalizada, o Governo norte-americano foi obrigado a retirar o seu projecto ou a aguardar por uma ocasião mais favorável para voltar a propô-lo.

Qual não foi o nosso espanto, quando o PSD, com grande cobertura mediática, apresenta uma proposta de privatização parcial da segurança social pública portuguesa ainda mais gravosa do que a da Administração Bush. Em primeiro lugar, propõe que os trabalhadores – que descontam actualmente 11 por cento, enquanto as entidades patronais descontam 34,75 por cento – passem a transferir para um sistema de capitalização em conta individual entre 6 e 8 por cento. Em segundo lugar, o regime proposto não é optativo, mas obrigatório, o que equivale a instituir uma forma de poupança forçada que nos poderá dar uma ideia da concepção de democracia que vigora no PSD. Em terceiro lugar, a proposta nem sequer tem o mérito de ser original como os seus defensores propagandearam: é apenas um mau plágio da proposta dos seus congéneres norte-americanos. Sim, porque também o PSD preconiza a emissão de dívida pública como forma de financiar os custos de transição para o novo sistema quando as regras do Banco Central Europeu impõem ao país limites de endividamento tanto a curto como a longo prazo. E que dizer desses impagáveis carrapatosos do movimento “Compromisso Portugal” que defendem um sistema inteiramente centrado na capitalização em regime de contas individuais de todas as contribuições dos trabalhadores? Mas o mais grave não são as propostas que fazem e que são, de certo modo, uma antevisão do que nos espera se a direita neoliberal reconquistar o poder. O mais grave é terem o despudor de proporem ao PS um pacto de regime sobre esta candente questão de modo a tentarem comprometê-lo com o seu projecto de liquidação do sistema público de segurança social. Francamente, não há pachorra para aturar os seus gritinhos de indignação pela falta de “diálogo” e de “democraticidade” de que acusam o PS, quando são precisamente a suas propostas que revelam serem eles e não quem acusam os verdadeiros antidemocratas.

Qual não foi o nosso espanto, quando o PSD, com grande cobertura mediática, apresenta uma proposta de privatização parcial da segurança social pública portuguesa ainda mais gravosa do que a da Administração Bush

Ousar para inovar

Pensar e agir de forma estratégica obriga a ousar introduzir a perspectiva do género em todas as áreas de intervenção política. Esta a ideia central defendida pela presidente do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas (DNMS), na abertura de uma sessão pública onde se debateram as implicações da dimensão de género no desenvolvimento regional.

MARY RODRIGUES

PARA Maria Manuela Augusto, que falava no dia 23 em Setúbal, um verdadeiro modelo de desenvolvimento sustentado, justo, solidário e harmonioso deve basear-se numa nova organização social do trabalho e do lazer, sustentada, por sua vez, em políticas de igualdade do género.

Aos que ainda apelidam de forma pejorativa este desígnio como “coisas de feministas”, a presidente do DNMS lembrou que a falta de atenção à conciliação nas nossas vidas está a provocar desequilíbrios demográficos tão preocupantes como a chamada “taxa de natalidade negativa”.

“Agora, na Europa e no mundo dito desenvolvido, perante a ameaça da não sustentabilidade da Segurança Social, já se discute, de forma séria, a inevitabilidade de se proporcionar a mulheres e homens as condições e os equipamentos sociais indispensáveis para que desejem e assumam ter mais filhos e mais cedo”, observou, perante a vasta assistência presente no auditório da Universidade Moderna da cidade sadina.

Salientou, neste sentido, a importância e a urgência de repensar horários, transportes, acessibilidades, habitação, redes de comunicações, a logística das infra-estruturas, educação, saúde e as políticas de família.

Na óptica da dirigente socialista, falar de dimensão de género e desenvolvimento sustentável não é compatível com salários mais baixos para as mulheres em tantos sectores laborais, nem com a admissão de que noutros tantos sejam para elas reservados os trabalhos menos qualificados.

Frisando que Portugal tem pela frente “uma das últimas oportunidades de modernização e crescimento” com o novo Quadro de Referência estratégico Nacional (QREN) para 2007-2013, a presidente do DNMS disse ser uma responsabilidade colectiva não só não desperdiçar recursos financeiros, mas também e sobretudo não desperdiçar competências, expectativas e esperanças.

“É preciso ousar para podermos inovar”, afirmou, apelando a uma nova estratégia de desenvolvimento que integre “essa tal outra dimensão da política – o género –, sem vergonhas, sem recuos, sem hesitações e com toda a urgência”.

O encontro, promovido pelo Departamento Federativo das

Mulheres Socialistas de Setúbal, no âmbito do qual se discutiram dois painéis temáticos sobre “O Ordenamento do Território e as Autarquias Locais” e “O Desenvolvimento Económico e Social, contou com a participação de destacadas figuras do nosso partido e do Governo.

O presidente da Federação do PS de Setúbal, Vítor Ramalho, centrou a sua intervenção na importância histórica do elemento feminino como factor determinante da identidade portuguesa.

Depois de lembrar várias conjunturas críticas – como a guerra colonial – que as mulheres portuguesas tiveram de enfrentar sozinhas, aproveitou também a ocasião para salientar que o PS, ao pugnar pela igualdade de género, está a assumir-se claramente como “um partido de progresso, universalista, de futuro e tolerante”.

Soluções diferenciadas na perspectiva do género

Aceitando o desafio de pensar as questões do ordenamento sob a perspectiva do género, o secretário de Estado das Cidades e do Ordenamento do Território, João Ferrão, falou sobre a necessidade de se olhar para o espaço territorial não apenas do ponto de vista normativo, mas sobretudo como “fonte de valor acrescentado”, salientando que cada porção deste espaço tem potencialidades e problemas diferentes, razão pela qual é preciso garantir a equidade das soluções e não a sua mera uniformização.

Também na questão do género existe a necessidade de aplicar soluções diferenciadas, uma vez que, no seu quotidiano, homens e mulheres gerem um espaço e um tempo diferentes.

“Temos que ser capazes de perceber e levar à prática políticas sectoriais baseadas num novo olhar sobre o território para podermos introduzir nelas mais equidade e, dessa forma, tornar os serviços públicos mais eficientes”, sustentou.

Outro membro do Executivo, Eduardo Cabrita, secretário de Estado adjunto e da Administração Local, criticou o facto do mundo autárquico ainda hoje resistir à implementação de políticas de igualdade, vincando que tal postura é prejudicial, na medida em que não permite um enriquecimento de perspectivas na execução de estratégias de desenvolvimento local



e regional.

Depois, destacou que as medidas implementadas pelo Governo nos sectores da saúde, solidariedade social e educação têm contribuído indirectamente para potenciar a igualdade de género.

Esta ideia foi também sublinhada pelo economista João Ferreira do Amaral, para quem a chegada do PS ao poder marcou o arranque de um processo de reorganização da sociedade portuguesa e a definição de apostas certas, como tem sido a valorização do capital humano do país.

Discriminação das mulheres é “aberração”

Num painel dedicado a reflectir sobre o desenvolvimento económico e social de Portugal, Ferreira do Amaral afirmou estar em curso

uma verdadeira “ruptura radical com o passado”.

“Esse é um factor inquestionável de desenvolvimento”, frisou, evidenciando de seguida a estreita interligação entre as questões de género e a aposta nas pessoas e considerando uma “aberração” que as mulheres continuem a ser subalternizadas no mercado de trabalho.

“Elas constituem a maioria da nossa população activa e é por isso que a igualdade traz um benefício geral, na medida em que aproveita o potencial feminino para impulsionar o nosso crescimento”, disse.

Já a ex-secretária de Estado para a Igualdade, Maria do Céu Cunha Rêgo, dissertou sobre o “desajuste existente entre as necessidades das pessoas e a repartição das tarefas”, defendendo políticas que promovam a conciliação, tanto no univer-

so público quanto no privado.

Para a antiga governante, “importa não só criar condições para que as mulheres acedam ao mercado de trabalho, mas fundamentalmente incentivar a inserção dos homens no espaço doméstico.”

“Eles e elas devem ser formados para adquirirem competências para a igualdade”, considerando ser esta a chave da mudança.

Também o sociólogo Miguel Cabrita centrou a sua intervenção na necessidade de se pugnar por uma igualdade de género efectiva, debruçando-se, especialmente, nas políticas de família que para isso podem contribuir.

“A acção política deve acompanhar as novas necessidades dos núcleos familiares modernos, onde homens e mulheres trabalham a tempo inteiro”, referiu, citando algumas medidas neste sentido, como os apoios directos de natureza financeira, incentivos ao trabalho parcial, licenças de longa duração para prestar cuidados familiares e estímulos aos horários flexíveis e jornadas contínuas.

A encerrar a sessão pública, a secretária nacional do PS Edite Estrela defendeu a introdução de políticas para a igualdade no universo do poder local, a elaboração de planos de acção onde se definam medidas e afectem recursos numa óptica de igualdade, a maior participação das mulheres na vida política, de modo a “quebrar os tectos de vidro que as impedem de chegar aos lugares de topo”, sublinhando, ao concluir, a transversalidade da dimensão de género.

Neste evento participaram ainda as camaradas Catarina Marcelino, presidente do Departamento Federativo de Mulheres Socialistas de Setúbal, Teresa Almeida e Eurídice Pereira, do Secretariado da Federação do PS de Setúbal e o eurodeputado Joel Hasse Ferreira.



“Vamos fazer a reforma que a Segurança Social precisa”

RUI SOLANO DE ALMEIDA

O PRIMEIRO-ministro foi ao Parlamento justificar a reforma da Segurança Social defendida pelo Governo e desmentir que as pensões possam vir a baixar, advogando ao invés o seu crescimento de forma sustentável.

O segredo, segundo José Sócrates, está na nova fórmula preconizada onde a sustentabilidade assume um papel determinante.

Para José Sócrates a proposta do PSD não só não é responsável como enferma de um mal maior: não defende e muito menos aponta para o modelo social que o país precisa.

Esta foi a segunda vez que a questão da reforma da Segurança Social foi levada a um debate mensal na Assembleia da República sempre pela iniciativa do Governo.

O factor da sustentabilidade da Segurança Social foi um dos aspectos recorrentes e o mais em foco durante toda a intervenção de José Sócrates.

Para o primeiro-ministro, a proposta do Executivo é a única que liga a esperança média de vida ao valor das futuras pensões através da aplicação de uma fórmula de cálculo que resulta do rácio entre a actual esperança média de vida em 2006 e aquela que se tiver verificado no ano anterior ao requerimento da pensão, a aplicar às pensões requeridas a partir do início de 2008.

Contudo, e como sublinhou, nada do que o Governo trouxe agora a este debate assume um carácter de novidade. De facto, como recordou o primeiro-ministro, já no passado dia 27 de Abril o Governo anunciou as linhas mestras da reforma que hoje está a defender, tendo apenas introduzido, como referiu, pequenas alterações em consequência das negociações em sede de concertação social.

O Governo pretende agora apresentar



já no próximo mês de Outubro a sua proposta de lei sobre a matéria, prevendo a sua aprovação até ao final do presente ano.

Para José Sócrates, este timing é absolutamente possível, recordou, porque o Governo e os parceiros sociais anunciaram já o seu acordo sobre a reforma da Segurança Social, documento que estará concluído a 10 de Outubro.

A introdução do factor da sustentabilidade constitui uma das medidas mais emblemáticas mas também “a única capaz de viabilizar e sustentar uma das reformas mais importantes e decisivas para o futuro do país”, disse o primeiro-ministro na sua intervenção no Parlamento.

Mas a flexibilidade do Governo, em matéria da reforma da Segurança Social, não se ficou por aqui, uma vez que, também em concertação com os parceiros sociais, resolveu introduzir na sua proposta medidas tendentes a aumentar a bonificação mensal a dar aos trabalhadores que optem por permanecer no mercado de trabalho após completarem 40 anos de

descontos, medida que o Executivo acha justa e exequível.

Assim, os trabalhadores que por sua livre vontade decidirem permanecer no activo após terem feito 40 anos de descontos para a Segurança Social, e que tenham menos de 65 anos de idade, serão objecto de uma bonificação mensal de 0,65 por cento, contra os 0,44 por cento preconizados anteriormente pelo Governo.

Uma reforma com futuro

Para o primeiro-ministro, as reformas estruturais apresentadas pelo Governo são “absolutamente decisivas para garantir o futuro do nosso sistema público de Segurança Social”, não só porque prevêm um factor de sustentabilidade, mas igualmente porque “ajusta o sistema à evolução da esperança de vida”, ou ainda porque contempla a entrada em vigor de uma nova fórmula de cálculo das pensões, medidas que na perspectiva do Governo são “mais justas e menos manipuláveis”.

Mas outros factos revestem-se para José Sócrates como decisivos para que esta reforma possa entrar em vigor.

Desde logo, como disse, porque estabelece a fixação na lei de regras responsáveis para a actualização anual do valor das pensões, de forma a evitar a sua manipulação para efeitos eleitorais “como tantas vezes aconteceu no passado”.

Depois porque estabelece um limite para as pensões mais altas, “sempre que estas não resultem do correspondente esforço contributivo”, mas também porque valoriza as carreiras contributivas mais longas, como forma de promover o envelhecimento activo, e finalmente, referiu ainda o primeiro-ministro, porque a aplicação desta reforma vai permitir um melhor combate à fraude e à evasão

nas contribuições, permitindo ainda a melhoria da protecção social nos novos riscos sociais, como a invalidez, deficiência, monoparentalidade ou a orfandade, incentivando ainda, como adiantou, as poupanças voluntárias, nomeadamente “através de um novo regime público complementar de contas individuais”.

Um último e decisivo ponto foi ainda ressaltado por José Sócrates ao afirmar que esta reforma acrescenta um reforço assinalável na transparência do sistema, “permitindo aos contribuintes saber exactamente o destino dos seus descontos”.

Mais justiça e sustentabilidade

Com a introdução de regras iguais para os funcionários públicos e trabalhadores do sector privado, disse ainda o chefe do Governo, com a antecipação da nova fórmula de cálculo das pensões “assente em toda a carreira contributiva” e com a fixação na lei das regras para o aumento das pensões “teremos a mais profunda, extensa e ambiciosa reforma do sistema de Segurança Social dos últimos trinta anos”.

De facto, com esta reforma, a nossa Segurança Social “ficará mais justa, mais equitativa e, principalmente, mais garantida”, devolvendo credibilidade e confiança ao sistema público, que “orgulhosamente herdámos de gerações anteriores e que queremos preservar para quem vier depois de nós”.

Para o primeiro-ministro, a proposta do PSD sobre esta matéria “não é a reforma estrutural responsável de que o nosso modelo social precisa”, uma vez que defende, lembrou José Sócrates, um modelo obrigatório de transferência de um terço ou mais das contribuições

para um sistema de contas individuais de capitalização a ser gerido por instituições públicas ou privadas e válido não apenas para os futuros contribuintes mas também para os que já estão hoje no mercado de trabalho, a partir de uma certa idade.

Na opinião do Governo, esta proposta é inadmissível. “Chama-se a isto uma privatização parcial das pensões de velhice”, disse o primeiro-ministro, algo que “não estamos dispostos a subscrever”.

“Este não é o nosso caminho”, e não o é por três razões principais”, como adiantou: desde logo, porque, analisados os seus impactos financeiros e orçamentais, “esta proposta é completamente irresponsável e sobretudo inexecutável”.

De facto, e segundo as contas que o Governo faz baseadas na proposta do maior partido da oposição, se 6 a 8 pontos percentuais das contribuições dos actuais trabalhadores com menos de 35 anos de idade fossem desviadas para contas individuais, “o sistema público acumularia uma dívida, em 30 anos, antes de qualquer redução de despesas, entre 100 a 135 mil milhões de euros, o que significaria, lembrou José Sócrates, que 35 a 47 por cento do PIB acresceria à dívida pública”.

Outra consequência, ainda nas contas do Governo, com este aumento da dívida pública, “é que ela ficaria incontável, os juros a crescer todos os anos e o rating da República ameaçado”.

E o problema, a serem seguidas as sugestões do PSD, disse o primeiro-ministro, não residia inevitavelmente só no grosseiro incumprimento de todos os compromissos assumidos por Portugal no âmbito do Pacto de Estabilidade, “o problema maior é que a dívida pública tem que ser paga” e neste cenário só o poderia ser “com o aumento dos impostos”, o que constituiria “um pesado fardo fiscal para as futuras gerações”.

Um assunto sério

Como fez questão a afirmar no Parlamento, a Segurança Social é um assunto que o Governo leva a sério. Por isso, disse, “batemo-nos nesta questão, como em todas as outras, por princípios e valores”, mas ao fazê-lo, acrescentou, “fazemo-lo com realismo, sentido de Estado e noção do interesse geral”.

É por isso que recusamos a proposta irresponsável do PSD, que mais não iria fazer do que “corroer o equilíbrio da Segurança Social, ameaçar as contas públicas e condenar as gerações futuras aos encargos de uma dívida pública insuportável”.

Jamais entraremos na aventura, disse o primeiro-ministro, de “entregar as pensões de velhice dos portugueses aos caprichos e às incertezas dos mercados”.

XV Congresso em Santarém

A COMISSÃO Organizadora do Congresso (COC) escolheu o Centro Nacional de Exposições de Santarém (CNEMA) para a realização da próxima reunião magna do partido, a decorrer nos dias 10, 11 e 12 de Novembro.

Entretanto, o líder socialista, José Sócrates, constituiu um grupo de trabalho que redigirá a sua moção de estratégia intitulada “O rumo do

PS: Modernizar Portugal”.

O grupo de redacção, coordenado por Pedro Silva Pereira, integra os camaradas Vieira da Silva, Augusto Santos Silva e Sérgio Sousa Pinto.

As moções a apresentar aos congressistas deverão ser entregues até ao dia 29 de Setembro.

A eleição dos delegados e do secretário-geral do PS realiza-se a 27 e 28 de Outubro.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço postal do jornal ou accaosocialista@ps.pt